

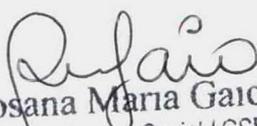
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TATIANE CRISTINA MARTINS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DE DIREITOS.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 15/08/06


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2006/1

TATIANE CRISTINA MARTINS

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DE DIREITOS.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Manoela Valença

FLORIANÓPOLIS

2006/1

TATIANE CRISTINA MARTINS

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DE DIREITOS.**

Trabalho de conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Assistente Social.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Prof^ª Dra. Maria Manoela Valença – Universidade Federal de Santa Catarina

1ª Examinadora

Prof^ª. Mst. Krystyna Matys Costa – Universidade Federal de Santa Catarina

2ª Examinadora

Prof^ª. Mst. Aceli Catarina Simas Ulbricht – Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, agosto de 2006.

Dedico este trabalho a todas as pessoas com deficiência, que estas possam vencer os preconceitos, ultrapassar as barreiras e superar os obstáculos de modo a alcançarem seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder o milagre da Vida e permitir que eu possa alcançar meus objetivos.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a seguir a diante e, através de seus apoios, me auxiliaram cada um do seu jeito.

Ao meu namorado Ari, pelo amor e carinho dedicado a mim, paciência e incentivo para que eu sempre continue adiante nos meus sonhos.

Aos meus familiares e amigos em particular que torceram por mim e pelas minhas conquistas.

A todas as minhas amigas que conquistei na faculdade e que espero levar esta amizade por longos anos de vida: Alice, Ana Cristina, Ana Patrícia, Andréia, Bárbara, Betina, Daniella, Eliane, Greice, Ilana, Joana, *Juliana (mais que amiga, praticamente uma irmã!)*, Silvia, Silvana, Thais, Taise e Valéria.

À minha orientadora Prof^{ta} Dr^a Maria Manoela Valença, que me incentivou a buscar cada vez mais o conhecimento e me mostrou a ética do ser profissional de serviço social.

Às Mestres Krystyna Matys Costa e Aceli Catarina Simas Ulbricht por aceitarem participar deste processo de conclusão do curso.

Aos meus amigos do SINMEC que torcem por mim.

Enfim, a todos que me incentivaram e estão tão felizes quanto eu fica aqui registrado o meu muito obrigado!

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois "Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

Mário Quintana

MARTINS, Tatiane Cristina. **Extensão Universitária e Pessoas com Deficiência: Integração necessária para a garantia de direitos.** 88f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, apresentar a questão das pessoas com deficiência que com o passar do tempo vem conquistando direitos e incluindo-se nos mais diferentes espaços de nossa sociedade. Estas conquistas superam todo o processo de exclusão social que as pessoas com deficiência enfrentaram e ainda por muitas vezes enfrentam junto as mais diferentes expressões da questão social. Nesta busca da inclusão social as pessoas com deficiência esperam alcançar mais dignidade, igualdade, respeito e cidadania. Muitos desses anseios podem ser alcançados através do acesso ao direito da educação, saúde e reabilitação, acessibilidade, trabalho e cultura e lazer. Estas pessoas com deficiências, nem sempre recebem ou tem conhecimento de seus direitos e deveres, enquanto sujeitos de direitos. Ficam a mercê da sociedade acabando muitas vezes sem o auxílio necessário. Cabe então ao profissional de serviço social ser o divulgador e executor desses direitos. Sendo assim, o desenvolvimento de políticas e programas sociais voltados a esta realidade social é indispensável para a garantia de direitos e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência. Além de apresentar a busca da inclusão social das pessoas com deficiência através de uma revisão bibliográfica a respeito das legislações referentes a estas pessoas, também apresento uma pesquisa realizada a partir da experiência vivida em campo de estágio curricular obrigatório. Este foi desenvolvido no Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família - NECAD do Departamento de Serviço Social - UFSC, mais especificamente junto ao Programa Integrado de Atenção as Pessoas Portadoras de Deficiência. Este Programa tem como público alvo pessoas com deficiência da UFSC e comunidade de seu entorno, familiares dessas pessoas, alunos e profissionais da educação interessados nas políticas de inclusão social de instituições governamentais e não governamentais. A partir da experiência de campo e da percepção da necessidade de promover a integração e convivência das pessoas com deficiência junto aos demais serviços e programas desenvolvidos pela UFSC, veio a necessidade de pesquisar os programas e/ ou projetos selecionados pela Pró - Extensão(órgão financiador dos programas e projetos desenvolvidos pela UFSC) 2005. Meu objetivo geral com a pesquisa foi identificar os programas e/ ou projetos desenvolvidos pela UFSC e identificar quais desses envolve pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência, Direitos, Extensão Universitária.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CA – Colégio de Aplicação

CDS – Centro de Desporto

CF – Constituição Federal

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

DAC - Departamento Artístico Cultural

DAEX - Departamento de Apoio à Extensão

DCE – Diretório Central dos Estudantes

EDUFSC - Editora da Universidade Federal de Santa Catarina

FUNEX - Fundo de Apoio a Projetos de Extensão

FUNGRAD - Projetos de Ensino de Graduação

FUNPESQUISA - Fundo de Incentivo à Pesquisa

MU – Museu Universitário

NDI – Núcleo de Desenvolvimento Infantil

NEA - Núcleo de Estudos Açorianos

NECAD – Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família

NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRCE - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

PREG - Pró-reitoria de Ensino de Graduação

PROEXTENSÃO - Programa de Apoio a Projetos de Extensão

PRPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação

SEPEX – Semana de Pesquisa e Extensão

SEURS – Seminário de Extensão da Região Sul

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01: Número total de programas e/ ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005 e número de participação dos coordenadores dos mesmos.....	66
Gráfico 02: Identificação da natureza das atividades.....	67
Gráfico 03: Período de realização dos programas e/ ou projetos.....	68
Gráfico 04: Número de Bolsistas.....	68
Tabela 01: Realidade da carência das políticas públicas.....	30
Tabela 02: Títulos e Objetivos dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – Extensão 2005.....	69
Tabela 03: Público – Alvo.....	70
Tabela 04: Relação com Pessoas Deficientes – Departamento de Serviço Social/ CSE.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A SOCIEDADE.....	14
1.1 QUESTÃO SOCIAL.....	14
1.2 EXCLUSÃO SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	20
1.3 INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	26
2 LEGISLAÇÕES VOLTADAS ESPECIALMENTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	33
2.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS LEIS QUE ASSEGURAM SEUS DIREITOS.....	33
2.2 O ASSISTENTE SOCIAL COMO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS.....	47
3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	53
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DO PROGRAMA INTEGRADO DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA..	53
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	57
3.2.1 Levantamento dos programas e/ ou projetos da UFSC selecionados e homologados pela Pró-Extensão 2005 no ano de 2005.....	59
3.2.2 Levantamento dos demais programas e/ ou projetos já existentes na UFSC. que venham de encontro com pessoas com deficiência	60
3.2.3 Criação de um instrumental para coleta de informações.....	61
3.2.4 Articulação com a equipe do programa a fim de aproximar e trocar informações.....	62
3.2.5 Reuniões com os responsáveis pelos programas e/ou projetos da UFSC.....	62
3.2.5.1 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.....	62
3.2.5.2 Colégio de Aplicação – CA.....	63
3.2.5.3 Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI.....	63
3.2.6 Estudo teórico–metodológico.....	63
3.3 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA.....	65
3.3.1 Sistematização e análise da coleta de informações.....	65
3.3.2 Participação dos Coordenadores na Pesquisa.....	65
3.3.3 Natureza das Atividades.....	66
3.3.4 Período de Realização dos Programas e /ou Projetos e Número de Bolsistas	67

3.3.5 Objetivos dos Programas e / ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005.....	69
3.3.6 Público Alvo por Projeto e/ou Programa.....	70
3.3.7 Relação das atividades com Pessoas com Deficiência.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICE.....	80
APÊNDICE A - INSTRUMENTAL PARA PESQUISA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	81
ANEXO.....	82
ANEXO A - RELATÓRIO DE PROGRAMA OU PROJETO DE EXTENSÃO APROVADO PELO PROEXT 2004	

INTRODUÇÃO

Este trabalho discorrerá sobre a parcela da sociedade referente às pessoas com deficiência. Com o passar dos tempos estas pessoas vêm conquistando seus direitos e espaços para sua inclusão social.

Estamos passando por um momento da história em que vários segmentos da sociedade lutam pela garantia e acesso aos direitos, isto visando à inclusão social.

A sociedade que acaba sendo excludente por natureza, pois adota processos de classificação, seleção, aceitação e inserção, entre outros, vem hoje buscando, a partir de diversas ações e nas mais diferentes áreas, a inclusão social das pessoas com deficiência.

O universo das pessoas com deficiência nos leva a pensar em vários fatores determinantes para a inclusão social, como a dignidade, cidadania, conquista de direitos, responsabilidade, respeito, entre outros fatores que poderíamos aqui elencar. Na busca destes fatores determinantes para inclusão social das pessoas com deficiência é necessário que a sociedade quebre a imagem que faz respeito das pessoas com deficiência. E para modificar esta visão é necessário conhecer melhor cada deficiência que lhes é apresentada, no intuito de instruir e possibilitar uma melhor qualidade de vida a estas pessoas.

No primeiro capítulo será exposto a questão social caracterizada como objeto de trabalho do assistente social. A exclusão social e as pessoas com deficiência fazendo um breve resgate histórico da nomenclatura utilizada para chamar as pessoas com deficiência e os diversos fatores sociais que também são determinantes no processo de exclusão social. Finalizando este capítulo é exposto à inclusão social das pessoas com deficiência. Neste item são abordados pontos imprescindíveis para que haja uma inclusão social das pessoas com deficiência, possibilitando melhor qualidade de vida.

No segundo capítulo abordamos as legislações voltadas especialmente para as pessoas com deficiência. Será apresentada as legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência nos mais diversos espaços, como: saúde, reabilitação, educação, acessibilidade, cultura e lazer. Também falaremos sobre o Assistente Social como profissional responsável pelo desenvolvimento e garantia dos direitos humanos e sociais. Neste item será

discorrido sobre as legislações específicas do profissional e sua importância na garantia e acesso aos direitos, dos indivíduos dentro da sociedade.

No terceiro capítulo será apresentada uma breve explanação sobre a instituição onde foi realizado o estágio curricular obrigatório. E também será detalhada a metodologia da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois esta pesquisa tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Por fim é feita uma amostragem de dados e análise dos mesmos.

Concluindo são apresentadas as considerações finais sobre trabalho realizado, o qual acredita-se ser um introdutório na questão da temática abordada, sendo necessário mais estudos sobre as pessoas com deficiência e seus meios de inclusão social.

Acredita-se ainda, que o estudo realizado poderá colaborar para que a Universidade aprimore as atividades e espaços destinados às pessoas com deficiência, bem como suas famílias e demais pessoas envolvidas com a temática, buscando dar a estes seu maior direito: a cidadania.

1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A SOCIEDADE

1.1 QUESTÃO SOCIAL

A expressão “questão social” surge com o fenômeno do pauperismo no final do século XVIII, na Europa Ocidental. Este fenômeno se caracterizava pelo estado de pobreza extrema de uma comunidade e cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2001).

Esta designação do pauperismo pela expressão da questão social se dava diretamente pelos desdobramentos sócio-políticos. Estes desdobramentos ditos da sociedade moderna seriam: as fortes desigualdades, o desemprego, a fome, a violência, as doenças, enfim, desamparos frente às conjunturas econômicas adversas.

No início da profissão de serviço social a questão social era vista e tratada como questão moral, religiosa, inerente à natureza desajustada e/ou patológica dos indivíduos e grupos sociais com os quais mantinha relações profissionais (GUIMARÃES, 2005).

Já no ano de 1937, quando a profissão de serviço social chega ao Brasil, esta apresenta como objeto definido de seu trabalho o homem. Mas este homem, para se tornar objeto do profissional de serviço social, teria que ser incapaz de manter-se em condições no mínimo digna de desenvolvimento. Neste contexto está inserido o profissional de serviço social com o intuito de auxiliar o indivíduo na busca pelos mínimos sociais para se manter em sociedade.

A partir deste momento, o assistente social percebe que não somente o homem faz parte de seu objeto de estudo, mas também tudo que a ele está ligado direta ou indiretamente na sociedade. Surge então o objeto de trabalho do serviço social que há anos vem sendo chamado por “questão social”.

Segundo Netto (2001, p. 45), o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”. É perceptível que a questão social está ligada diretamente

ao capitalismo, que gera as desigualdades produzidas por ele, as formas de trabalho e a exclusão de parcelas desta mesma sociedade.

A partir desta percepção observa-se que a questão do trabalhador no Brasil está cada dia mais difícil ou até mesmo se tornando impossível de ser enfrentada. Esta questão social assume novas configurações a cada momento e em ritmo acelerado, juntamente com o capitalismo que cresce praticamente na mesma velocidade.

Com o crescimento do capitalismo também cresce a instabilidade de emprego, o trabalho precário e insalubre, a mão-de-obra barata, a terceirização de empregos e os empregos informais. O crescimento deste último se dá em ritmo desenfreado, chegando a se igualar ou até mesmo ultrapassar o mercado de trabalho formal. O crescimento do trabalho informal acaba por prejudicar não somente os trabalhadores que vivem na informalidade, mas também de forma direta ou indireta todos que venham a consumir o produto proveniente desta força de trabalho, apoiando e fortalecendo o crescimento desta forma de trabalho.

Este crescimento da apropriação desigual do produto social traz ainda graves conseqüências: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, doenças e epidemias, descrença na política, entre outras conseqüências; e assim criando e/ou aumentando o número de trabalhadores informais. Estes trabalhadores são frutos da desigualdade social produzida pelo capitalismo. Seriam estes: catadores de papel, alumínio e lixo; limpadores de vidro em semáforos; entregadores de panfletos nos semáforos e nas ruas; flanelinhas, sacoleiros, vendedores ambulantes, entre outros trabalhadores informais que poderíamos aqui destacar.

Pensando nesta mesma ótica, não podemos esquecer das crianças e adolescentes que vivem nas ruas para “auxiliarem” nas despesas do lar, sendo explorados pela sua força de trabalho em atividades insalubres e até mesmo indignas. Cabe ainda ressaltar que devido a esta forma de trabalho muitas dessas crianças e adolescentes acabam por sofrer violências e maus tratos por terceiros. Muitas vezes, estas acabam entrando no mundo das drogas devido a facilidades a estes oferecidos.

Segundo Guimarães (2005), historicamente o profissional de serviço social é requisitado a compreender e dar respostas às problemáticas, situações, necessidades e demandas postas e repostas pela questão social.

A questão social é caracterizada como principal objeto de trabalho do Assistente Social, segundo Iamamoto (1997 *apud* Machado 1999 p. 3-4):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos às experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciem as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade [...]... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objetivo de trabalho cotidiano do assistente social.

Sendo assim, torna-se indispensável à intervenção do profissional de Serviço Social junto às expressões da questão social. Historicamente, os profissionais de serviço social vêm se dedicando à implantação de políticas públicas trabalhando com as mais diversas expressões da questão social.

Para apresentar a questão social e os desafios impostos por ela aos profissionais de Serviço Social é necessário apresentar a concepção de questão social mais difundida por estes profissionais. Esta concepção seria a de Carvalho e Yamamoto (1983, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Para Yamamoto (2001, p. 26), os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo a população dos seus direitos sociais e dos meios de ter acesso aos mesmos.

Para enfrentar os desafios apresentados pela questão social é necessário que o profissional de serviço social seja cada dia mais ousado para enfrentar, resistir e vencer os desafios a ele impostos.

Como diz Yamamoto (1998 *apud* GUIMARÃES, 2005, p. 06), além de ser uma profissão interventiva, executiva, o Serviço Social tem que ser também propositivo.

Para Guimarães (2005, p. 08), isso significa dizer, entre outras coisas, que tratar a questão social hoje exige que o profissional compreenda as múltiplas faces e expressões dessa

realidade, que tenha capacidade de conhecer, investigar, antecipar, propor e executar alternativas de enfrentamento dessa questão na ótica dos interesses da coletividade, da maioria das populações pobres, oprimidas, excluídas e discriminadas.

É necessário também pensar que a questão social deve ser analisada de várias outras óticas profissionais. A questão social deixou de ser objeto único do serviço social passando a ser objeto de vários outros profissionais que também trabalham sua lógica a partir da expressão “questão social”. Estes profissionais são os mais diversos possíveis: psicólogos, pedagogos, médicos, arquitetos, entre outros; todos pensando e trabalhando a partir das perspectivas que envolvam a questão social (MACHADO, 1999).

A questão social representa não só as desigualdades sociais, mas também o processo de resistência e desenvolvimento das classes sociais mais diversas, da população excluída e subalternizada na busca pela garantia e efetivação de seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais (PEREIRA, 2001).

Continua Pereira (2001, p. 51):

Muito tem se falado de uma “nova questão social” e da necessidade de enfrentá-la no marco das transformações econômicas e políticas contemporâneas. No entanto, devo confessar que, apesar de estar consciente de que estamos diante de colossais desafios sociais – que se apresentam como inéditos e desconhecidos – não tenho clareza da existência real de uma “nova questão social”.

Segundo a autora supracitada, a novidade da questão social, no entanto, não está no crescimento do desemprego e no surgimento de novas formas de pobreza, mas no desmonte da cidadania social. A autora fala ainda que não está claro para os assistentes sociais o que realmente seria a nova questão social, fazendo com que os profissionais de serviço social apresentem desafios no enfrentamento desta questão social.

Para Yamamoto (2001, p.21):

[...] a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho,

do acesso a direitos e serviços no atendimento as necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico – raciais, religiosas, de gênero, etc.

Iamamoto fala ainda que a nova questão social é resultante da “inadaptação dos antigos métodos de gestão social”, produto da crise do “Estado Providência”. E esta nova questão social é vista como uma ameaça à ordem e a coesão social.

Segundo Guimarães (2005), a questão social hoje, mais do que nunca, é complexa, adquire dimensões amplas e profundas, adentrando-se a um novo milênio com incertezas e crises de dilemas de toda ordem e natureza. A autora fala ainda que este novo milênio terá não somente progressos imensuráveis, mas também misérias incomensuráveis¹ e violências diversas em todos os cantos e lugares.

A partir destas reflexões percebe-se que o Estado acaba transferindo suas responsabilidades a respeito do desenvolvimento de políticas públicas, no enfrentamento da questão social para organizações privadas e mecanismos reguladores do mercado.

O Estado, a meu ver, é tido hoje como um dos maiores culpados (se não o único) por este aumento das desigualdades sociais, pois não garante os mínimos sociais básicos e necessários para o desenvolvimento digno da sociedade. As políticas públicas do Estado atendem uma parcela mínima da população. Diante disso, aumenta, a cada dia, a demanda reprimida que está arraigada à várias parcelas da população, deixando muitos outros segmentos a mercê da sociedade em geral.

Iamamoto, em seu artigo “A questão social no capitalismo” (2001, p. 10), fala que os últimos resultados eleitorais no país demonstraram o avanço das forças democrático-populares, atestando a indignação ante as políticas oficiais, que vêm aprofundando as desigualdades, a pobreza e a “exclusão social” em suas múltiplas faces e dimensões.

Ainda segundo Iamamoto (2000 *apud* SILVA, 2005 p.18):

As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando – se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas e mais privatizadas. Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos em consequência do “enxugamento do Estado”, principalmente quando constata a retração do Estado no campo das políticas

¹ Ao mesmo tempo incomum e imensurável.

sociais, onde se amplia a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais.

É neste contexto que são estabelecidas as relações entre Estado e organizações não-governamentais - ONG's. Estas últimas atuam na formulação, gestão e avaliação de projetos e programas sociais nas mais diferentes áreas. A partir desta definição de papéis, a sociedade civil passa a se organizar através das ONG's para subsidiar e dispor as necessidades básicas para sociedade. Com esta redefinição das funções do Estado, este passa a não prover os serviços públicos e sociais necessários para a sociedade. Neste gancho entram as ONG's, que passam a prover as demandas sociais que se apresentam reprimidas pelo Estado. Tais funções antes de responsabilidade apenas do Estado.

Segundo Meireles (2002, p.10):

O Estado, desse modo, teria o papel de repassar recursos para essas organizações, as quais iriam efetivamente executar programas sociais, ambientais, e outros, que na ótica do governo, não poderiam ser por ele implementados com eficiência e eficácia, em razão de sua limitação financeira e administrativa, aliada a pouca flexibilidade e a morosidade, próprias do excesso de burocracia no aparelho estatal.

Sendo assim, as ONG's fazem a ponte entre Estado e mercado a partir da organização da sociedade civil, visando o desenvolvimento de ações em prol da sociedade de modo mais rápido e objetivo. Algumas das ações desenvolvidas pelas ONG's são prioritárias na busca pela inclusão social das parcelas menos favorecidas da sociedade. Dentre esta parcela estão as pessoas com deficiência.

Para pensar as transformações sociais hoje é necessário pensar na inclusão social de várias camadas da sociedade, inclusive nas camadas que atingem as pessoas com deficiência.

Ao se trabalhar com políticas de inclusão social busca-se um espaço significativo para oportunizar a inclusão das pessoas com deficiência, bem como de sua família. Muitas vezes a família não está preparada para acolher pessoas com deficiência e contribuir no seu desenvolvimento psico-social.

Sendo que pessoas com deficiências nem sempre recebem ou tem conhecimento de seus direitos e deveres enquanto sujeitos de direitos, ficam a mercê da sociedade acabando muitas vezes sem o auxílio necessário.

A partir desta percepção, faz-se necessário pensar a inclusão de forma clara, ampla e objetiva, visando alcançar desde o desenvolvimento destas pessoas na sociedade (espaço institucional, educacional e recreativo) até a inclusão no mercado de trabalho.

1.2 EXCLUSÃO SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para apresentar o tema exclusão social, inicio trazendo uma definição apresentada por Sposati em seu artigo “Globalização da economia e processos de exclusão social”:

A exclusão social é a impossibilidade de pode partilhar, o que leva a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população. Por isso a exclusão é social e não pessoal.

A exclusão social não é um tema recente. A partir do século XX esta vem tomando amplitude e destaque no cenário global, crescendo também as discussões acerca das parcelas socialmente excluídas.

Este tema é utilizado nas mais diferentes áreas de conhecimento, sempre com seu objeto definido. De um modo geral, a exclusão social pode ser vista como um processo sócio-histórico caracterizado pela exclusão de grupos sociais ou pessoas em todas as instâncias da vida social.

A exclusão social pode acarretar em desigualdades sociais, miséria, violência, injustiças, marginalização, entre tantas outras significações importantes para o desenvolvimento da sociedade.

A exclusão social vem ganhando espaço em muitos cenários sociais. A mídia tem colocado a disposição da sociedade em geral um espaço para difundir as expressões que permeiam a exclusão social. Além da mídia em si, o tema em questão também aparece nos

discursos políticos, nos planos e programas governamentais. A partir daí a noção de exclusão social tem se tornado familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades (WANDERLEY, 2001). Este fenômeno da exclusão social está presente também nos países de primeiro mundo e nas potências mundiais, não acontecendo apenas em países de terceiro mundo ou países pobres.

Segundo Wanderley (2001, p. 16):

Ao contrário disso, ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida.

Percebe-se que a exclusão social está interligada diretamente ao capitalismo, pois a sociedade capitalista exclui todos que não participam do mercado de bens materiais, culturais ou bens de qualquer natureza. Apesar de tudo, a exclusão social não deve ser definida apenas pela condição financeira da pessoa: ela é parte integrante do sistema social, ou seja, sempre haverá pessoas ou grupos sociais sofrendo processos de exclusão social.

Pode acontecer ainda a exclusão social de pessoas ou grupos sociais em mais de uma categoria da exclusão social. Como vemos a seguir:

- Excluídos no nível de grupos sociais: - minorias étnicas (indígenas, negros);
 - minorias religiosas;
 - minorias culturais.
- Excluídos de gênero: mulheres e crianças;
- Excluídos em termos de opção sexual: homossexuais e bissexuais;
- Excluídos por idade: crianças e idosos;
- Excluídos por aparência física: obesos, deficientes físicos, pessoas calvas, pessoas acima ou abaixo da média de altura;
- Excluídos do universo do trabalho: desempregados e subempregados, trabalhadores informais;
- Excluídos do universo sócio-cultural: pessoas em situação de risco social, habitantes de periferia dos grandes centros urbanos;

- Excluídos do universo da educação: pessoas em situação de risco social, os sem escola, as vítimas da repetência, da desistência escolar, da falta de escola junto a seus lares, deficientes físicos, sensoriais e mentais.
- Excluídos do universo da saúde: pobres em geral, doentes crônicos e deficientes físicos, sensoriais e mentais.
- Excluídos do universo social como um todo: os deficientes físicos, sensoriais e mentais, os pobres, os desempregados.

Podemos descrever muitas situações de exclusão social, sendo estas representadas de diversas formas e tomando sentido que surge da relação inclusão x exclusão. (WANDERLEY, 2001).

Wanderley (2001, p. 17) diz ainda que sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social. Podemos caracterizar estas parcelas excluídas como: pobres, negros, marginalizados, religiosos, desempregados, deficientes, mulheres, entre outras parcelas excluídas que entram no eixo da exclusão social.

Segundo Wanderley (2001, p. 17), os excluídos não são somente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas também sofrem uma exclusão cultural.

Podemos perceber, a partir deste discurso, que a exclusão social abrange todas as classes sociais e está presente em qualquer tipo de sociedade. O que varia são as expressões adotadas pela exclusão social.

Uma das parcelas presentes nas expressões da exclusão social são as pessoas com deficiência. Nesta as pessoas com deficiência têm seu histórico de exclusão tão ou mais velho que a exclusão social em si.

Segundo Berndt (2000 *apud* SOUZA, 2003 p.32) não somente a pessoa com deficiência, mas qualquer outra pessoa passa a incorporar à sua vida pessoal valores e crenças desde o dia que nasce, além de outros fatores determinantes para formação psicossocial, repassados por sua família e sociedade.

O nascimento de uma pessoa sempre gera expectativas na sua família, desde o primeiro momento de vida o referencial da pessoa é sua família, este referencial é adotado por qualquer pessoa, seja esta uma pessoa com deficiência ou não.

As dificuldades das pessoas com deficiência muitas vezes tem início na sua família, ou melhor, quando uma família é formada acontece um novo processo de adaptações, atividades e expectativas criadas para este novo lar. Uma das expectativas é a chegada dos filhos, nesta etapa a família espera que seu filho seja no mínimo bonito, saudável e tenha tudo o que uma sociedade competitiva exige.

Neste mesmo processo a família busca complementar as necessidades da criança chegada com uma boa educação e projetos para este se tornar mais um membro da sociedade a alcançar seus objetivos.

Segundo Regan, Cortez e Ardore (2005, p. 04):

No momento em que a família tem a notícia que seu filho é uma pessoa com deficiência muitas expectativas são quebradas e com elas surgem muitas dúvidas, questionamentos e até mesmo rejeição, não necessariamente da criança, mas do fato que acaba de ocorrer.

Após este processo de aceitação e conhecimento da deficiência, espera-se que a família da pessoa com deficiência adote um processo de inclusão familiar, social, cultural, entre outras formas de inclusão, desde o primeiro momento de vida da pessoa com deficiência até sua fase adulta.

Para isto muitos paradigmas precisam ser quebrados e até mesmo esclarecidos, pois muitas vezes a família não está preparada para acolher a pessoa com deficiência e contribuir no seu desenvolvimento psico-social. Não tem o conhecimento necessário para lidar com esta pessoa e também não estão preparadas psicologicamente, financeiramente e até mesmo socialmente para chegada de uma pessoa com deficiência ao seu lar.

As famílias das pessoas com deficiências nem sempre recebem ou tem conhecimento de seus direitos e deveres, enquanto sujeitos de direitos. Ficam a mercê da sociedade acabando muitas vezes sem o auxílio necessário.

A falta destes auxílios necessários ou mesmo um conhecimento básico sobre a deficiência enfrentada pela pessoa de sua família coloca todos a mercê da exclusão social.

Sendo assim, o desenvolvimento de políticas e programas sociais voltados a esta realidade social é indispensável para a garantia de direitos e, conseqüentemente, uma melhor

qualidade de vida, visando aniquilar ou diminuir a exclusão social enfrentada por estas pessoas e suas famílias.

✚ Para diminuir o processo de exclusão social enfrentado pela pessoa com deficiência é necessário conhecer e identificar quais as reais necessidades de cada indivíduo com deficiência. Souza (2003, p. 07) apresenta a definição de Deficiência segundo a Organização Mundial da Saúde, está traz uma proposta a respeito das pessoas com deficiência, datada de 1980, que apresenta a seguinte definição:

DEFICIÊNCIA (*impairment*): refere-se a uma perda ou anormalidade de estrutura ou função. Deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa; em princípio deficiências significam perturbações no nível de órgão.

INCAPACIDADE (*disability*): refere-se a restrição de atividades em decorrência de uma deficiência. Incapacidades refletem as conseqüências das deficiências em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo; as incapacidades representam perturbações ao nível da pessoa.

DESVANTAGEM (*handicap*): refere-se à condição social de prejuízo resultante da deficiência e/ ou incapacidade. Desvantagens dizem respeito aos prejuízos que o indivíduo experimenta devido a sua deficiência e incapacidade; as desvantagens refletem, pois, a adaptação do indivíduo e a interação dele com o meio.

A sociedade, segundo Buscaglia (1997 *apud* SOUZA, 2003), freqüentemente define a deficiência como uma incapacidade, algo indesejado ou com limitações para quem a apresenta. A partir dessas limitações as pessoas com deficiência passam a serem estigmatizadas e acabam por sofrer uma maior exclusão social, pelo meio em que estão inseridas.

✚ A sociedade impõe as pessoas, seja esta pessoa com deficiência ou não, critérios sociais, culturais, econômicos, entre outros que dificultam a inclusão social de qualquer pessoa a sociedade. Estes critérios sociais são valores e costumes adotados pela sociedade ao longo da história do homem.

A partir desta primeira identificação da pessoa com deficiência aqui apresentada, é necessário também trazer um breve resgate histórico de épocas, termos, significados e valores atribuídos às pessoas com deficiência, para assim compreender qual seria o termo correto para

designar um deficiente, qual seria a nomenclatura correta. Para isto apresento a seguir tal histórico.

No começo da história e durante séculos, onde começam os registros sobre pessoas com deficiência, os deficientes passaram a ser chamados de inválidos, este termo significava indivíduos sem valor, socialmente inúteis. Esta pessoa com deficiência, ainda era considerada um fardo para sua família e um indivíduo sem valor para os mercados profissionais, sociais e culturais.

A partir do século XX iniciam-se as discussões a respeito das pessoas com deficiência. Neste século houve uma atenção direcionada ao tratamento e a assistência das pessoas com deficiência, a qual surgiu junto do progresso das ciências médicas e psicológicas, tendo seu enfoque voltado à educação e profissionalização.

Ainda no século XX, até meados dos anos 1960, as pessoas com deficiência eram chamadas de *incapacitados*, ou indivíduos sem capacidade. Mais tarde os incapacitados passaram a ser chamados de indivíduos com capacidade residual. Foi um avanço para a sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter uma capacidade residual.

De 1960 até meados de 1980, as pessoas com deficiência tiveram três nomenclaturas distintas: *defeituosos*, *deficientes* e *excepcionais*. Cada termo teria um significado específico que os diferenciava.

Defeituoso significava indivíduo com deformidade. Este termo era usado com o intuito de classificar o indivíduo com deficiência física. Deficiente significava indivíduo com deficiência, seja esta mental, física, auditiva, visual ou múltipla. Excepcional era dito o indivíduo com deficiência mental. Esses termos focalizavam as deficiências reforçando as incapacidades do indivíduo.

Ainda na década de 1980 surge o termo *pessoas deficientes*, a partir da pressão das organizações que representavam as pessoas com deficiência que buscavam igualar os deficientes à sociedade. Cabe aqui lembrar que a partir desta terminologia a pessoa com deficiência deixou de ser vista como um “indivíduo” e passou a ser visto como uma “pessoa” perante a sociedade, buscando igualdade, dignidade e garantia de seus direitos.

Na década de 1990, depois de protestos e contestações por parte de organizações da sociedade civil, surge o termo *pessoas portadoras de deficiência*. Seria como se a deficiência

fosse um detalhe da pessoa. Este termo passou a ser adotado pelas Constituições Federais em todos os países de língua portuguesa.

A partir da década de 1990 até os dias de hoje as pessoas com deficiência adotaram vários termos, todos basicamente com o mesmo intuito de serem reconhecidos como sujeitos de direitos perante toda a sociedade. Estes termos seriam: *peçoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais, peçoas especiais, peçoas com deficiência, portadores de direitos especiais e peçoas com deficiência*. Este último termo (peçoas com deficiência) passou a ser o termo mais conhecido e preferido pelos deficientes e peçoas que trabalham ou tem relações diretas com essas peçoas.

Este termo busca não esconder ou camuflar a deficiência, mas sim valorizar as diferenças e necessidades decorrentes de cada deficiência especificamente (SASSAKI, 2003)

A partir desse estudo a respeito da história dos termos usados para designar as peçoas com deficiência, podemos observar que estas peçoas são excluídas socialmente desde o início da história do homem. As peçoas com deficiência não tinham um espaço significativo na sociedade das demais peçoas ditas normais, onde poderiam se inserir de forma digna e igualitária.

Estas formas de exclusão social vividas pelas peçoas com deficiência desde o início dos tempos acaba por transportar dificuldades e barreiras ao longo dos séculos. Com o passar dos anos, as dificuldades e barreiras cresceram e tornaram-se mais extensas, dificultando os caminhos para inclusão das peçoas com deficiência na sociedade como um todo.

4.3 INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A inclusão social no Brasil ainda é uma questão nova para nossa sociedade. É difícil entender a inclusão social: primeiro a sociedade exclui social, cultural e economicamente várias camadas da sociedade; depois busca formas de incluir estas peçoas de volta a sociedade. A inclusão social não é apenas uma questão das peçoas com deficiência, é uma questão das mulheres, negros, religiosos, homossexuais, idosos, entre tantas outras classes da sociedade que se sentem e são realmente marginalizadas diante de diversas situações sociais.

Para alcançarmos uma sociedade inclusiva para todos, e especialmente para as pessoas com deficiência (foco principal desde trabalho), são necessárias algumas ações fundamentais por parte de toda a sociedade para assim mudar este quadro de marginalização.

Algumas ações que podemos destacar como fundamentais, objetivando mudar o atual quadro que se encontram as pessoas com deficiência, seriam: alteração da visão social, inclusão escolar, cumprimento das legislações vigentes, aumento das verbas destinadas para programas sociais, uso da mídia e da tecnologia para auxiliar a inclusão social e o desenvolvimento psicossocial e motor das pessoas com deficiência. Para implantar tais ações seria necessário que a sociedade como um todo tivesse a consciência de lutar e fazer valer essas ações, visando tornar realidade a inclusão social das pessoas com deficiência.

Segundo Sasaki (2003, 48):

Conceitua-se inclusão social como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social é então, um processo bi lateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Ainda segundo o autor, a prática da inclusão social respalda-se em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação.

„Para iniciar a inclusão social das pessoas com deficiência é preciso não mais rotular essas pessoas, pois quando uma pessoa é rotulada ela passa a agir, se sentir e se comportar como o rótulo que a ela foi dado. Esta rotulação implica em vários fatores negativos para a inclusão social desta pessoa. A partir desta rotulação muitas vezes as pessoas com deficiência tendem a ser rejeitadas, justamente por se classificarem como pessoas fora do padrão de normalidade.

„Segundo Maciel (2000), é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e as aparências do que aos potenciais e capacidades das pessoas. A inclusão social passa a ser um processo que contribui para a construção de uma nova concepção de sociedade através de

ações articuladas e desenvolvidas para incluir as pessoas com deficiência nos mais diversos ambientes. Estes ambientes seriam educacionais, sociais, recreativos, esportivos, econômicos, entre todos os demais ambientes que as pessoas chamadas de normais estão inseridas.

Sendo assim, a inclusão social depende de um amplo processo de sensibilização e conscientização acerca da aceitação e também dos direitos das pessoas deficientes na sociedade.

„Nos últimos anos, ações isoladas de educadores e de pais têm promovido e implementado a inclusão social de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial nas escolas. Estas ações isoladas buscam resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento (MACIEL, 2000).

„Para ampliar as formas de inclusão social das pessoas com deficiência seria necessário que as ações não fossem células isoladas na sociedade, pois ações isoladas constituem-se em um processo moroso e delicado, muitas vezes demorando a surtir efeito sobre o objetivo almejado. Tais ações deveriam ser objetivas, claras, articuladas, ampliadas e arraigadas a todas as células e ambientes da sociedade, alcançando assim a inclusão total, de modo a atender ao máximo as demandas solicitadas por estas pessoas. Esse é o desejo de pessoas deficientes, das organizações e demais movimentos sociais que trabalham com estas pessoas.

A inclusão social não depende somente do deficiente. Esta é uma relação de co-dependência² entre a pessoa com deficiência, sua família, a sociedade e meios sociais. Esta co-dependência não atinge apenas os espaços físicos da sociedade, que podemos elencar como: ruas, calçadas, prédios públicos, meios de transporte público, entre outros. É necessário que o governo através de suas políticas públicas, os programas e/ ou projetos sociais por este desenvolvidos tenham espaço garantidos e até mesmo exclusivos para as pessoas com deficiência e suas demandas.

„A inclusão social da pessoa com deficiência tem seu início na sua família. Entretanto, como já ressaltado no item 1.2 deste trabalho, nem sempre as famílias estão preparadas para

² Co-dependentes vivem em função dos outros a quem querem controlar mandar e fazem um “jogo” onde o poder de dominar é a essência. O co-dependente acredita que é responsável pela felicidade e necessidade dos outros. Disponível em: <<http://www.drgilmarmiranda.psc.br/codependencia.htm>> Acesso em: 25 de julho de 2006.

receber um deficiente em seu lar. Geralmente esta notícia de estar recebendo um deficiente em sua família é dado por um profissional de saúde, um médico. Um fato que acontece com muita frequência, segundo Maciel (2000), é que os médicos raramente esclarecem ou informam aos familiares da pessoa com deficiência as possibilidades de desenvolvimento, as formas de superação das dificuldades, os locais de orientação familiar, os recursos de estimulação precoce e os centros de educação e terapia.

A partir da inserção de uma pessoa com deficiência, espera-se que a família, na busca da inclusão social, passe a incluir esta pessoa desde o primeiro momento de contato. Esta inclusão deve ter início na escola, no bairro, junto às possibilidades que a família pode oferecer a esta pessoa. Também é interessante que os profissionais que trabalham e atendem direta ou indiretamente estas pessoas, estejam preparados e comprometidos com a inclusão desta pessoa.

A inclusão social das pessoas com deficiência é responsabilidade de todos, por isso a inclusão social passa a ser um dever ético e moral, o qual busca promover a equiparação de oportunidades. Para isto seria necessário adaptar os sistemas da sociedade, como os meios físicos, a comunicação, o transporte público, os espaços de cultura, lazer e esportes, etc. Esta adaptação garante o direito à acessibilidade, dando às pessoas com deficiência autonomia e segurança nos sistemas oferecidos pela sociedade.

Espera-se que os locais disponíveis a inclusão social das pessoas com deficiência e as pessoas comprometidas com o meio se moldem às necessidades e condições especiais e não que as pessoas com deficiência se modelem aos espaços já instituídos.

Segundo Maciel (2000), nos estados e municípios não existe uma política inclusiva que viabilize planos integrados de urbanização, acessibilidade, saúde, educação, esporte, cultura, com metas e ações convergindo para obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito das pessoas deficientes.

Em “Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social”, Maciel (2000), ainda fala da carência das políticas públicas desenvolvidas para as pessoas com deficiência. Ela apresenta a realidade dos seguintes atendimentos:

Tabela 01: Realidade da carência das políticas públicas

Saúde	Os locais de atendimento são pequenos, superlotados e sem infra – estrutura. As políticas de prevenção, as vezes, ficam restritas a algumas campanhas de vacinação e os programas e diagnósticos precoce são insuficientes. Os testes com aparelhos de última geração são destinados a poucos. As terapias e fisioterapias oferecem poucas vagas em relação à demanda. A obtenção de próteses e órteses é difícil e as filas de espera são enormes para quem não tem poder aquisitivo.
Área Social	Os programas para as pessoas com alguma deficiência são, em geral, os que possuem menores verbas. Não existe trabalho efetivo junto às comunidades mais carentes, além do que os grupos de orientação e atendimento estão sempre superlotados.
Mercado de Trabalho	Poucos são os empregadores que se dispõem a absorver este segmento. O portador de deficiência é o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido, sendo que sua faixa salarial é, em média, menor que a de seus colegas de profissão.
Lazer, Esporte, Cultura e Transporte	Não existem projetos abrangentes que atendam a todos os tipos de deficiência e, nas áreas de comércio, indústria e serviços, a acessibilidade inexistente ou é inconsistente quando existe.
Educação	As grandes cidades possuem algum tipo de atendimento voltado a estas pessoas. A realidade tem mostrado que os ciclos de ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, sua falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar (fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais), de salas de aula e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria.

Fonte: MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de Deficiência e a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, nº 14(2). 2000.

Podemos perceber que as barreiras a serem superadas pelas pessoas com deficiência, seus familiares e pessoas que apóiam este seguimento da sociedade estão aparentemente regredindo, no seu objetivo que seria a inclusão social. Percebemos ainda que as pessoas deficientes de baixa renda ou com menores condições financeiras, os ditos excluídos economicamente, acabam sendo sempre os mais prejudicados. O que a eles é oferecido sem custo pelas políticas públicas se encontra em situação precária. Esta situação se apresenta desde o momento de triagem para o primeiro atendimento até a busca de espaços para sua inclusão social.

Vale ressaltar que o princípio básico da inclusão social é que todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas. A partir deste atendimento das múltiplas diversidades das pessoas com deficiência é que nasce a sua democracia. Para que esta democratização no atendimento aconteça de modo efetivo é necessário que se mude a visão social e de atendimento da pessoa com deficiência.

Maciel (2000), apresenta os primeiros passos a serem dados pela sociedade para alterar a visão social da pessoa com deficiência:

- trabalho de sensibilização contínuo e permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão social de pessoas com deficiência junto a sociedade;
- capacitação de profissionais de todas as áreas para o atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência;
- divulgação da Declaração de Salamanca e outros documentos congêneres, da legislação, de informações e necessidades das pessoas com deficiência e da importância de sua participação em todos os setores da sociedade.

A partir destes primeiros passos nota-se que a reestruturação das instituições depende essencialmente de mudanças de atitudes, de compromisso e disposição dos indivíduos. Isso torna a reestruturação das instituições não mais uma tarefa técnica e passa a ser uma tarefa de comprometimento de toda sociedade.

Na continuidade, a autora traz o segundo passo para alteração da visão social: o processo de inclusão social e inclusão escolar. Para isso acontecer de maneira efetiva é necessário prestar atenção se o ambiente é realmente de inclusão.

Alguns itens citados pela autora a serem analisados seriam: oferta de recursos audiovisuais; eliminação de barreiras arquitetônicas, sonoras e visuais de todo o prédio escolar; existência de salas de apoio pedagógico para estimulação e acompanhamento suplementar; adequação dos currículos e estratégias de ensino à realidade dos alunos; e se todos os que compõem a comunidade escolar estão sensibilizados para atender a pessoa com deficiência com respeito, consideração e dignidade.

Cabe ressaltar que se espera que o profissional de educação e demais profissionais que venham a trabalhar com pessoas com deficiência tenham o mínimo de conhecimento a respeito da deficiência apresentada pelo aluno, características da deficiência, limitações e espaços de desenvolvimento da mesma. Espera-se ainda que estes profissionais também passem regularmente por um processo de atualização, através de seminários, cursos, especializações e formações para estarem sempre atentos aos desenvolvimentos e objetivos a serem trabalhados junto das pessoas com deficiência.

Através do conhecimento e da adaptação da pessoa com deficiência no meio escolar espera-se que este processo de inclusão social e escolar seja rico e traga novas oportunidades para o desenvolvimento da pessoa com deficiência e que todos trabalhem a partir da realidade destas pessoas, podendo assim melhorar sua qualidade de vida.

Por fim, a autora supra citada apresenta o terceiro passo para a inclusão social das pessoas com deficiência. Este passo seria o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência através do melhoramento das políticas públicas de inclusão social. Poderíamos alcançar este patamar se fosse destinado maiores recursos financeiros a este segmento, o qual se encontra atualmente reprimido. Este recurso financeiro beneficia os programas e/ ou projetos sociais que atendam a esta demanda, melhorando e ampliando os atendimentos aos espaços de inclusão social.

É necessário compreender que para idealizar as políticas públicas de inclusão social voltadas às pessoas com deficiência se faz importante a participação das mesmas em seu planejamento, desenvolvimento e avaliação. É importante priorizar a participação das pessoas com deficiência através da criação e fortalecimento dos conselhos municipais e estaduais de Defesa de seus Direitos; ações de prevenção das deficiências através de campanhas permanentes; eliminação de barreiras arquitetônicas; adaptação e implantação de um sistema comunicação, inclusiva para as pessoas cegas, surdas e mudas; e ações voltadas para a geração de trabalho e renda. Todas estas ações melhoraram a qualidade de vida da pessoa com deficiência, de seus familiares e das pessoas ligadas direta ou indiretamente à causa da deficiência.

Vale ressaltar que a mídia tem um papel muito significativo no processo de inclusão social das pessoas com deficiência e das pessoas que trabalham e apóiam este segmento. Podemos até considerar a mídia como um parceiro das pessoas com deficiência neste processo, pois ela dá destaque às diferentes formas da deficiência, à importância do processo de inclusão social e à maneira como devemos participar para auxiliar as pessoas com deficiência a se incluírem na sociedade. A mídia também amplia as discussões e cria debates a respeito das deficiências e dos temas que a permeiam.

2 LEGISLAÇÕES VOLTADAS ESPECIALMENTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS LEIS QUE ASSEGURAM SEUS DIREITOS

✕ As pessoas com deficiência, assim como qualquer outra pessoa da sociedade, têm seus direitos e deveres previstos por lei. O que muitas vezes acontece é que para efetivar tais direitos estas pessoas têm que tomar caminhos especiais, junto aos órgãos regulamentadores de tais direitos. Estes caminhos ditos especiais muitas vezes são longos, doloridos e podem ainda necessitar de recursos financeiros. O que acaba acontecendo é que as pessoas com deficiência e as demais pessoas envolvidas com estas pessoas não estão preparadas para lidar com esta situação. Estas pessoas também não recebem nenhum tipo de orientação de como proceder em cada caso específico.

Para que o cumprimento das leis seja claro e objetivo não podemos elencar as leis mais ou menos necessárias para a inclusão social dessas pessoas. Não é possível priorizar nenhuma forma de atendimento, também não é possível que haja uma escala na relação dos direitos dessas pessoas, pois estas ações acabam por excluí-las e estigmatizá-las cada vez mais.

Com as dificuldades apresentadas nos processos de busca de garantia dos direitos e as dificuldades apresentadas no percorrer do caminho, as pessoas com deficiência têm o sentimento de que é mais fácil para a sociedade prestar atenção aos impedimentos e as aparências, excluindo-as de tais processos, do que conhecer e oportunizar os potenciais que cada pessoa pode desenvolver.

✚ Com o passar dos anos este sentimento vem mudando. As pessoas com deficiência vêm conquistando espaços significativos na sociedade e nas mais diversas áreas. Ações isoladas de pais, educadores e profissionais das mais diversas áreas, voltados a esta temática, a deficiência, têm promovido e implementado a inclusão social dessas pessoas nos mais diferentes espaços sociais. Esta inclusão social tem início nas escolas e segue para espaços da assistência social, saúde, reabilitação, transporte, cultura e lazer. Tais ações buscam a

promoção da igualdade, cidadania, respeito pelo próximo e dignidade, visando ainda uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Segundo Maciel (2000), os movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de inclusão social através da educação, sendo que o ápice alcançado por estes movimentos foi a Conferência Mundial de Educação Especial que aconteceu na cidade de Salamanca, na Espanha, no mês de junho de 1994. Esta conferência contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais em assembléia geral.

A Declaração de Salamanca apresentou pontos muito importantes que segundo Maciel (2000), devem servir de reflexão e ponto de partida para mudanças da realidade atual, que acaba sendo tão discriminatória.

A Declaração de Salamanca acredita e proclama inicialmente os direitos das pessoas em estarem inseridas no espaço escolar. A partir do quarto item esta se apresenta voltada às necessidades das pessoas com deficiência:

- toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Na continuidade da Declaração, esta reuniu governos e propôs demandas para os setores das políticas públicas, como podemos ver a seguir:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma;
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva;
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;
- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva;
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

A Declaração também congrega a comunidade internacional de governos a reunir-se com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, Unesco, Unicef, UNDP e o Banco Mundial para:

- endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais;
- as Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, Unesco e Unicef;
- reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz à já expandida e integrada provisão em educação especial;
- reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva;
- Unesco, enquanto a agência educacional das Nações Unidas;
- assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em vários foros;
- mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais;

- estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e, da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração;
- mobilizar Fundos através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial.

Podemos analisar que as idéias e anseios apresentados na Declaração de Salamanca, através das ações educacionais, são muito fortes e objetivas. Porém, devemos ter o entendimento que o cumprimento de tais ações não depende apenas da vontade de um único envolvido, e sim de um grupo que junto pode fazer valer tais mudanças propostas pela Declaração, a fim de tornar possível as melhorias para as pessoas deficientes nos espaços educacionais.

A Declaração de Salamanca traz propostas muito coerentes e eficazes para garantia dos direitos educacionais. Entretanto, ainda existem muitas dificuldades apresentadas no processo de inclusão escolar. Estas dificuldades acabam por marginalizar e excluir socialmente as pessoas com deficiência antes mesmo que estas alcancem o período básico de escolarização.

Para as pessoas com deficiência terem um espaço significativo, reconhecido e de peso na sociedade, são necessárias variadas ações em diversas áreas da sociedade. Para dar continuidade à exposição dos direitos das pessoas com deficiência a seguir veremos as garantias perante as leis na área do transporte, da saúde e reabilitação, dos equipamentos, do trabalho, da cultura, do lazer e esporte, entre outros.

Para alcançar os espaços supra citados as pessoas com deficiência dependem de meios de transporte para implementarem suas ações. Parece uma ironia, mas os meios de transportes oferecidos à sociedade não garantem o direito de ir e vir da pessoa com deficiência e neste ponto se inicia a busca de direitos destas pessoas.

Toda pessoa tem garantido o direito universal de ir e vir, este direito está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações

Unidas - ONU e incorporado à Constituição Federal Brasileira de 1988. Esta afirma em seu artigo 5º, inciso XV: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

Este é então, o direito de ir e vir. Este direito significa que todo cidadão tem a possibilidade de acessar os mais diferentes locais de um determinado lugar dentro do território nacional, de forma a satisfazer as suas necessidades básicas. No entanto, nem sempre todos os cidadãos podem exercer este direito, pois as barreiras ambientais, físicas, econômicas, sociais e pessoais os impedem de uma acessibilidade fácil e contínua.

Um outro aspecto importantíssimo é a acessibilidade para a pessoa com deficiência, a qual ainda é muito precária e precisa ser muito discutida em toda a sociedade. A acessibilidade não diz respeito apenas às barreiras arquitetônicas, mas também aos meios de transporte e de comunicação.

Para embasar esta reflexão pode-se citar a Lei nº10. 098 que prevê a Acessibilidade às Pessoas Portadores de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida³. Em seu artigo 1º a Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.

No artigo 2º são estabelecidas como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos sistemas e meios de comunicação e transporte os seguintes itens:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida:

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

³ Referenciado Pessoa Portadora de Deficiência, pois este termo é reconhecido nas legislações a partir da Constituição Federal de 1988.

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com meio e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componentes das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

O transporte público é um fator de acessibilidade muito preocupante para as pessoas com deficiência, pois há poucos meios de transportes totalmente acessíveis e os que existem são poucos, não comportando a demanda que vem se apresentando com o passar do tempo.

O sistema de transporte hoje acaba por dificultar a inclusão social das pessoas com deficiência e também de outras camadas da sociedade (pessoas idosas e obesas). Este, ao invés de possibilitar uma maior autonomia, muitas vezes causa constrangimento e exclusão dessas pessoas em determinados meios.

Seria necessária uma melhor adequação dos meios de transporte para possibilitar um melhor acesso desse tipo de usuário. Estas adequações poderiam começar pelos degraus dos ônibus, que deveriam ser mais baixos e largos; catracas mais largas; assentos mais largos; um número maior de assentos especiais disponíveis e com maior espaço de mobilidade; espaço adequado para os cães-guias se acomodarem; elevadores e espaços com maior segurança para os cadeirantes (CRESPO, 2003).

Ainda há muito que se construir e adaptar para que a acessibilidade às pessoas com deficiência esteja adequada aos direitos previstos por leis. O principal direito aqui a ressaltar seria o direito de ir e vir.

As pessoas com deficiência, assim como as demais pessoas de nossa sociedade, têm o direito de acesso à cultura e lazer. Entretanto, as dificuldades apresentadas na acessibilidade a estes espaços de inclusão social acaba por excluir ainda mais tais pessoas.

Para mudar esta realidade deveriam ser implementadas algumas ações para tornar estes espaços acessíveis e condizentes com a realidade física, motora e mental. Algumas ações que poderiam mudar esta realidade seriam: rampas de acesso, corrimãos, instalações de equipamentos de segurança, entre outras ações tão necessárias quanto as já citadas. A acessibilidade mais uma vez mostra-se um fator determinante nas variadas formas de inclusão social disponibilizadas na sociedade.

Quando pensamos na acessibilidade não podemos esquecer de fatores determinantes para exclusão de deficientes visuais e auditivos. Nestes casos muitas vezes falta criatividade para tornar espaços de cultura e lazer perceptíveis a estas pessoas. Muitos são os espaços de inclusão social que estão garantidos perante a lei, mas que infelizmente as pessoas com deficiência não podem desfrutar da totalidade que estes oferecem a sociedade em geral. Para poder ter acessibilidade a alguns desses espaços as pessoas com deficiência muitas vezes recorrem a processos que decorrem de maneira morosa e acaba por um desgaste das pessoas em garantir seus espaços de acesso e inclusão social.

1 A respeito das leis que tangem a saúde, cabe ressaltar que as pessoas com deficiência terão prioridade de atendimento nos serviços de saúde e de reabilitação, assim como nos demais serviços disponíveis à população, existentes nas comunidades.

2 Os serviços públicos oferecidos à sociedade devem estar capacitados, preparados e ter disponibilidade para o atendimento integral das pessoas com deficiência. Este atendimento deve começar com a prevenção precoce de deficiências e o acompanhamento regular das pessoas que já apresentam deficiências, até a concessão de tecnologias assistivas. Estas concessões seriam: cadeiras de rodas, bengalas, muletas, entre outros meios para garantia de um atendimento mais específico para as pessoas com deficiência e suas limitações. 3 Estas concessões possibilitam uma melhoria na locomoção, acessibilidade e independência da pessoa com deficiência, melhorando conseqüentemente sua qualidade de vida.

Uma outra ação interessante no caso da saúde e da reabilitação das pessoas com deficiência seria a descentralização desses atendimentos, pois assim facilitaria a locomoção

dessa pessoa e também de seu acompanhante. Isso porque na maioria das vezes a pessoa com deficiência é dependente de outra pessoa para auxiliá-la em suas atividades.

✓ A assistência à saúde e à reabilitação clínica são condições decisivas para a inclusão social da pessoa com deficiência na sociedade.

As pessoas com deficiência também poderão receber assistência por meio de planos de saúde. As leis 8.686/93 e 9.656/98 regulamentam o atendimento colocando como preferenciais os pacientes vítimas de talidomida⁴ e determinando o atendimento domiciliar, psicológico, a reabilitação e a ajuda técnica às pessoas com esta deficiência.

✗ A Política Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, implementada em 1989, foi regulamentada pelo decreto 3.298 e prevê assistência desde a prevenção de doenças, passando pelo atendimento psicológico, a reabilitação e o fornecimento de medicamentos. Esta lei será abordada de maneira mais aprofundada no próximo item deste capítulo.

✗ Seguindo os direitos das pessoas com deficiência no que tange a área da saúde e reabilitação, cabe ressaltar a necessidade de muitos deficientes na obtenção de equipamentos auxiliares para sua reabilitação, locomoção e vivência. Na maioria das vezes esses equipamentos são indispensáveis para que a pessoa com deficiência tenha uma vida independente e inclusiva.

Segundo Crespo (2003), a concessão desses equipamentos por parte do poder público deve ser considerado parte integrante e inseparável do processo de reabilitação ou habilitação de uma pessoa com deficiência na sociedade. Sendo assim, esta concessão não pode ser vista ou revestida como uma ação de assistencialismo. O equipamento deve ser entregue à pessoa com deficiência como um direito garantido pela lei.

✗ Seguindo a ótica da inclusão social através da garantia de seus direitos, as pessoas com deficiência só não podem como devem ser incluídas no mercado de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº 15, de 1º de junho de 1983) estabelece como finalidade da reabilitação profissional: “permitir que uma pessoa com deficiência

⁴ Talidomida é um derivado sintético do ácido glutâmico, sua ação como sedativo decorre, provavelmente, da ativação do centro do sono do sistema cerebral. Tem ação antiinflamatória e antipirética. Provoca inúmeros sintomas e sinais, como: cefaléia, anorexia, vômitos, orquite, artralgia, mialgia e hepatoesplenomegalia. Estes sintomas levam a mal formação dos fetos e abortos espontâneos. Informação extraída do site: <http://google.com.br/> “talidomida”. Pesquisa realizada em 18 de julho de 2006.

obtenha e mantenha um emprego adequado e progrida no mesmo, promovendo-se assim a sua inclusão social".

A inclusão de pessoas com deficiências em instituições de ensino e empresas é fundamental, pois além da necessidade latente de proporcionar a educação para todos, este processo é amparado por leis e resoluções que asseguram a integração das pessoas com deficiências físicas, sensoriais, cognitivas e múltiplas.

É muito difícil falar de inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois este mercado é muito seletivo e a cada dia se torna mais rigoroso e excludente.

O decreto nº 129 de 22 de maio de 1991, em seu artigo 3º prevê que a reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes deverá ter por finalidade assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas deficientes no mercado regular de trabalho.

O artigo 4º do decreto nº129 apresenta o respeito e igualdade como base para inclusão social através do mercado de trabalho:

Essa política deverá ter como base o princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores deficientes e dos trabalhadores em geral. Dever-se-á respeitar a igualdade de oportunidades e de tratamento para as trabalhadoras deficientes. As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre os trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não devem ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos.

Não podemos esquecer que, como para qualquer outra pessoa, o mercado de trabalho necessita de mão-de-obra qualificada. Isso implica na preparação dos deficientes para exercer uma profissão e, em exercício da mesma, tenham condições de ter um bom desempenho profissional. O desempenho desta pessoa não depende somente dela, mas também do meio em que ela está inserida.

Devemos levar em conta alguns fatores determinantes para o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Alguns desses fatores seriam: a acessibilidade do ambiente de trabalho, se está adequado para receber a pessoa com deficiência ou se é

necessário que este ambiente passe por adequações para recebê-la, entre outros fatores determinantes para inclusão desta no mercado de trabalho.

Além das barreiras arquitetônicas e ambientais também é importante que o contratante acredite no seu potencial e saiba respeitar as possibilidades de crescimento e limitações desse novo trabalhador.

Segundo Crespo (2003), o acesso ao mercado de trabalho é uma das formas mais eficazes de proporcionar condições de inclusão social a uma pessoa com deficiência. A autora ainda diz que a equiparação de oportunidades para conseguir e manter um trabalho é uma condição indispensável para inclusão social das pessoas com deficiência.

↓ A CF de 1988 prevê em seu Artigo 6º os direitos sociais, sem apresentar nenhuma forma de exclusão social: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

↪ O primeiro direito social apresentado neste na CF de 1988 é o direito a educação. A educação é um direito de todas as pessoas. Para que este direito seja garantido não deve haver critérios de seleção, escolha ou formas de discriminação que acabem por excluir qualquer pessoa desde direito.

Ainda na CF de 1988 em seu artigo 205 ela decorre especificamente sobre o direito a educação, a seguir:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo a educação um direito de todas as pessoas (e quando falamos de todos incluímos também as pessoas com deficiência) cabe ao estado e a família o papel de provedor desde direito. Mas, para que este direito seja cumprido a regra, a sociedade também se apresenta como organismo fundamental para esta garantia. Cabe a ela ser um organismo fiscalizador deste direito para tentar assim garantir a efetivação, eficácia e eficiência desde processo de inclusão.

Para que a educação das pessoas com deficiência se dê igual à educação das demais pessoas da sociedade é necessário iniciar este processo educacional nas classes regulares de ensino, buscando sempre a participação de todos os envolvidos neste processo e fazendo que estes passem pelos mesmos processos de aprendizagem e interação.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência no ambiente educacional já esteve mais longe de acontecer. Passamos por períodos da história em que se criavam impossibilidades para receber mulheres, negros, religiosos, entre outras classes, no processo escolar, mas tudo isso foi superado em nome do direito a igualdade e a dignidade humana.

Hoje ainda há dificuldades de acolher as pessoas que sejam diferentes nas salas de aula. E nesta classe de pessoas diferentes se inclui as pessoas com deficiências. Mesmo nos dias de hoje que tanto se fala na luta pela igualdade e direitos humanos, pela busca de cidadania, é difícil encontrar um exemplo de escola que receba uma pessoa deficiente em sua sala de aula e esta inclusão seja totalmente bem sucedida. Segundo Freire (2001), não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.

A partir da reflexão do autor, podemos perceber mais uma vez que a educação é um direito de todo ser humano. Este direito se inicia na educação básica e acompanha os estudantes até o mais alto nível de escolarização.

Podemos perceber um avanço significativo nos processos escolares e um incentivo à busca de cidadania. Para muitas pessoas, e principalmente para as pessoas com deficiências, este processo de cidadania, dignidade e inclusão social se dá através do processo de escolarização.

Em 1999 as pessoas com deficiência puderam comemorar um grande passo na garantia de seus direitos e no processo de inclusão social. Este passo foi a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência. Esta convenção não trata direta e exclusivamente da educação, mas trás temáticas de muita importância para as pessoas com deficiência. Nesta convenção é ratificada e promulgada no Brasil pelo decreto nº. 3.956 de 2001, que proibi qualquer diferenciação que implique exclusão ou restrição de acesso a direitos fundamentais e a educação.

A partir da CF de 1988 cresce as possibilidades de inclusão escolar para as pessoas com deficiência. Ela é explícita no propósito de possibilitar ao deficiente o desenvolvimento de suas potencialidades, isto claro, mediante políticas públicas que deverão ser desenvolvidas

pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios, uma vez que a competência para legislar é comum a todos que compõe a federação, isto de acordo com o artigo 23, inciso II: “Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência” (Constituição Federal Brasileira de 1988).

Este inciso prevê as responsabilidades das instâncias do governo perante a saúde, assistência, educação e proteção da garantia de direitos das pessoas deficientes.

Ainda no que tange as leis a respeito da educação não podemos deixar de apresentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, as quais asseguram as pessoas com deficiência igualdade de condições para seu acesso e permanência nas instituições de ensino, através de uma atenção integral. Esta garantia esta inserida no artigo 4º, inciso III, do Direito a Educação e do Dever de Educar: “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Constituição Federal Brasileira de 1988).

Neste sentido, a pessoa com deficiência é percebida como um sujeito com direitos. Sendo assim, dificultar ou negar matrícula, em qualquer estabelecimento de ensino, bem como obstar, sob qualquer pretexto, o atendimento nos serviços de saúde e de reabilitação à pessoa com deficiência constitui crime, punível com multa e até mesmo prisão.

Segundo Fávero (2004):

A Constituição Federal Brasileira de 1988, ao garantir a educação como direito humano, fundamental e indisponível, está baseado nos princípios da igualdade, da não-discriminação, no direito de acesso de todos aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística e na obrigatoriedade do ensino fundamental.

A CF de 1988 delineou as escolas brasileiras como verdadeiro berço de cidadania. Para isso, basta que as escolas utilizem práticas de ensino que acolham as diferenças, fazendo com que os alunos se conheçam, se respeitem e aprendam a conviver com as diferenças e limitações de cada pessoa.

Podemos classificar a inclusão através do processo de escolarização como uma revolução no que tange a temática das deficiências e da garantia de direitos, pois esta implica em grandes transformações nos espaços educacionais. E como em qualquer outro espaço

institucional, as transformações acarretam em gastos. Na maioria das vezes estes gastos são com recursos humanos, que neste caso seriam: profissionais capacitados para lidarem com determinadas deficiências, novos profissionais para auxiliarem este aluno deficiente e outros profissionais para trabalharem direta ou indiretamente com estes alunos e recursos ambientais.

É também necessária uma preparação específica do ambiente que esta pessoa irá se inserir e por fim os recursos estruturais, que diz respeito à acessibilidade e infra-estrutura necessária para acolher este deficiente no meio escolar.

Neste momento nos encontramos diante de um movimento mundial em busca da inclusão de alunos com qualquer tipo de deficiência nas escolas e classes comuns do ensino regular. Isto pode ser considerado como uma novidade, pois o quadro tradicional da educação sempre nos apresentou escolas regulares, ou comuns, e escolas especiais, cada uma com seu perfil de alunos bem definido e separado.

Cabe lembrar que as limitações apresentadas pelas pessoas com deficiência não devem impossibilitar sua permanência ou se transformar em qualquer outra forma de exclusão social que venha a diferenciar as atividades desenvolvidas pelo seu grupo. Cada deficiência apresenta suas limitações e cabe a escola propiciar um atendimento especial e individualizado a cada tipo de aluno deficiente.

A partir destas conquistas, a educação deve ser vista como um direito fundamental do ser humano, sem que haja qualquer forma de discriminação.

Espera-se, portanto, que as escolas adotem um processo de inclusão social que seja abrangente aos mais diferentes tipos de alunos, sendo estes: negros, pobres, mulheres, deficientes, entre outros. Caso este processo seja adotado, eliminaria as formas de exclusão social que esbarram na questão educacional e proporcionariam uma melhor qualidade de vida as pessoas com deficiência, podendo ampliar as formas de inclusão social.

Podemos perceber, neste sentido, que a inclusão dessas pessoas ainda acontece morosamente, mesmo estes tendo seus direitos garantidos em lei. Espera-se que estes processos cresçam e se tornem mais possíveis a cada dia, melhorando a vida dessas pessoas e de suas famílias. Esta melhora se dá através do atendimento preferencial e específico da acessibilidade, saúde e reabilitação, trabalho e cultura, lazer e esporte.

✂ No Brasil, as pessoas com deficiência tem seus direitos garantidos através da Política Nacional do Portador de Deficiência, esta lei foi aprovada em outubro de 1989, através da Lei

n.º 7.853. Esta lei dispõe a respeito do apoio a pessoa com deficiência sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, a seguir:

Sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadora Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e da outras providências.

Cabe ao CORDE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, sugerir planos, programas e projetos, cumprindo instruções superiores com a cooperação dos demais órgãos da Administração Pública Federal. A CORDE conta com um conselho consultivo disciplinado em ato do Poder Executivo, constituído de representantes de órgãos e assuntos pertinentes à pessoa com deficiência.

No decreto 3076/99, o Presidente da República criou, no âmbito do Ministério da Justiça, um órgão superior de deliberação coletiva, o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência), constituído por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, com composição e funcionamento disciplinados pelo Ministro de Estado da Justiça.

A competência do CONADE apresenta-se elencada em dez incisos do artigo 2º do referido decreto e tem o perfil de um constante fiscal do cumprimento da política nacional específica para as pessoas em questão, bem como de propositor dos encaminhamentos necessários ao atendimento de seus interesses.

Em setembro de 1993 sob o Decreto n.º 914, institui-se a Política Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência. Este decreto trás em seu artigo 1º a finalidade da Política Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência, como podemos ver: “a Política Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência e o conjunto de orientação e normativas, que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”.

O artigo 3º, do decreto nº 914 busca identificar a pessoa com deficiência. A partir destas identificações assegurar a plena integração da pessoa com deficiência nos mais diversos

espaços sociais. O artigo 5º da Política Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência apresenta suas diretrizes:

- I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência.
- II - adotar estratégias de articulação com órgãos públicos e entidades privadas, bem como com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;
- III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habilitação, cultura, esporte e lazer;
- IV - viabilizar a participação das pessoas portadoras de deficiência em todas as fases de implementação desta Política, por intermédio de suas entidades representativas;
- V - ampliar as alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência;
- VI - garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência, sem o indesejável cunho de assistência protecionista;
- VII - promover medidas visando a criação de empregos, que privilegiem atividades econômicas de absorção de mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência;
- VIII - proporcionar ao portador de deficiência qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.

Podemos concluir, a partir da Política Nacional para Integração da Pessoa com Portadora de Deficiência, que muitas destas normas não são sequer conhecidas, mas que cabe a sociedade como um todo divulgar e fazer valer tais direitos a partir da mobilização e participação de todas as pessoas com a temática pessoa com deficiência.

2.2 O ASSISTENTE SOCIAL COMO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

As primeiras escolas para formação do profissional de serviço social surgiram no ano de 1936. No Brasil, a profissão de Assistente Social foi regulamentada em 1957. Este

profissional, o assistente social, em março de 1993 teve instaurado pela Resolução do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS nº. 290/94 e 293/94 seu Código de Ética.

O Código de Ética do Assistente Social traz dentre os princípios fundamentais da profissão, itens que tratam diretamente dos direitos humanos e sociais. Um destes itens apresenta como um dos princípios do assistente social: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

A partir deste princípio fundamental da profissão já podemos ver o assistente social como um profissional capaz de orientar as pessoas a partir de seus direitos e deveres garantidos perante a lei. É também princípio fundamental do assistente social: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Seguindo ainda os princípios fundamentais do código de ética profissional, vale ressaltar: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

O assistente social mostra-se um profissional que deve ser capaz de apresentar-se diante de qualquer expressão da questão social. Cabe ainda citar o décimo item dos princípios fundamentais, a seguir: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física”.

Ainda, pautado no seu Código de Ética, o assistente social deve ser um divulgador dos acessos e meios de garantir os direitos humanos e sociais, como podemos ver no Capítulo I que trata das Relações com os Usuários:

- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.

A partir do Código de Ética cabe ao profissional de serviço social a luta pela democracia, cidadania e a expansão e consolidação dos direitos humanos e sociais.

Desde o início do serviço social⁵, os profissionais vêm se transformando conforme a realidade social que lhes é apresentada. Sendo assim, o serviço social é uma expressão de necessidades criadas no movimento das relações entre as classes, suas frações e as instituições por elas criadas no enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 1996).

A questão social brasileira se apresenta nas desigualdades sociais e econômicas, passando a ser objeto da atuação profissional do assistente social. A questão social se manifesta na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outros fatores determinantes para o desenvolvimento da sociedade.

A atuação profissional se faz, prioritariamente, por meio de instituições que prestam serviços públicos destinados a atender pessoas e comunidades, que buscam apoio para desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos. Estes podem ser da rede do Estado, Privada e Organizações Não Governamentais - ONGs.

A lei que regulamenta a profissão de assistente social é a lei n.º8.662 de junho de 1993. O artigo 4º desta lei apresenta as competências deste profissional. Podemos citar mais especificamente algumas competências que tratam dos direitos das pessoas, tais como:

- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

5 O serviço social é uma profissão de nível superior e, para exercê-la, é necessário que o graduado registre seu diploma no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado onde pretende atuar profissionalmente; há 24 Conselhos Regionais de Serviço Social- CRESS e 3 delegacias de base estadual e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), órgãos de fiscalização do exercício profissional no país, dando cobertura a todos os estados. Disponível em: <http://cress-sc.org.br>. Acesso em: 21 de julho de 2006.

Para que o assistente social seja um profissional detentor de conhecimentos e possa assumir responsabilidades é necessário que este faça investimentos na sua qualificação enquanto profissional, podendo este dispor de cursos de aperfeiçoamento, reciclagem, especialização, mestrado e doutorado, capacitando-se em suas práticas específicas.

Na trajetória da Política de Assistência Social, vários movimentos foram organizados na direção de consolidá-la como Direito do Cidadão e Dever do Estado e como política componente da Seguridade Social, que prevê a universalidade de cobertura no campo da proteção social, tornando-se política estratégica não contributiva. Tal política deve ser responsável por um conjunto de provisões no sentido de prevenir e superar formas de exclusão social, assegurando medidas que garantam padrões de cidadania a um significativo número de brasileiros.

A afirmação contida no artigo 203 da Constituição Federal de 88 vem explicitar, assim, um novo direito social, ganhando maior visibilidade na Lei Orgânica da Assistência Social em seu artigo 2. A Assistência Social tem como objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Ao declarar seus objetivos, a política de Assistência Social explicita o compromisso com a construção de uma sociedade democrática, ao mesmo tempo em que pressupõe a cobertura das necessidades sociais na busca da universalização do acesso aos direitos sociais.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - em seu artigo 2º, inciso IV, traz como um dos objetivos da assistência social a habitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. E ainda, em seu inciso V prevê a garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência -

Benefício de Prestação Continuada - BPC - que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Conforme podemos ver na LOAS artigo 20:

O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Para receber este benefício, a pessoa com deficiência deve ser incapaz para a vida independente e para o trabalho. Em seu inciso III, considera a família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência, aquela cuja renda mensal per capita é inferior a 1/4 de salário mínimo.

Mesmo estando garantida perante a lei, são poucos os espaços e as garantias destinadas as pessoas com deficiência. Isto pode se tornar um fator determinante na inclusão social destas pessoas.

As pessoas com deficiência têm, como todas as outras pessoas, seus direitos e deveres previstos em lei. A partir desses espaços de direitos cabe, enquanto profissional de serviço social, fazer valer tais direitos para garantir assim uma melhor qualidade de vida dessas pessoas com deficiência e tantas outras que desconhecem ou não têm acesso a tais direitos e deveres.

Para fundamentar a ação do profissional de Serviço Social vale ressaltar que a prática profissional também é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988, onde esta já fazia menção à assistência social:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

A partir deste artigo da CF de 1988, o assistente social já se apresenta como um profissional capaz de responder às necessidades apresentadas pelas pessoas com deficiência e também pelas demais parcelas da sociedade que se apresentam em situação de risco social. Ele também é responsável por viabilizar tais direitos da população, seja na saúde, educação, previdência social, habitação, entre outras.

Podemos perceber que a inclusão das pessoas com deficiência ainda se dá de forma lenta, mas que vem crescendo, tornando possível a cada dia melhorar a vida dessas pessoas e de suas famílias. Esta melhora se dá na criação de políticas públicas voltadas às deficiências, no atendimento preferencial e específico da saúde, educação, reabilitação e assistência.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DO PROGRAMA INTEGRADO DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

O ensino superior do Estado de Santa Catarina iniciou-se com a criação da Faculdade de Direito aos 11 dias do mês de fevereiro de 1932. Organizada inicialmente como instituto livre, foi oficializada por Decreto Estadual em 1935.

Na Faculdade de Direito germinou e nasceu a idéia da criação de uma Universidade que reunisse todas as Faculdades existentes na Capital do Estado. Pela Lei 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade de Santa Catarina, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962.

Posteriormente iniciava-se a construção do "campus" na ex-fazenda modelo "Assis Brasil", localizada no Bairro da Trindade, doada à União pelo Governo do Estado (Lei 2.664, de 20 de janeiro de 1961).

Com a reforma universitária, foram extintas as Faculdades e a Universidade adquiriu a atual estrutura didática e administrativa (Decreto 64.824, de 15 de julho de 1969).

Conforme visita ao site da UFSC⁶, esta chega em 2005 com 62 Cursos de graduação. Na pós-graduação são 48 opções de mestrado e 33 de doutorado. Organizada em 11 centros de ensino, há na Universidade mais de 20 mil alunos de graduação e cerca de 10 mil alunos de pós-graduação.

O Campus Universitário, atualmente integrado por cerca de 30.000 pessoas, dispõe de uma infra-estrutura que permite funcionar como uma cidade. Além de uma Prefeitura responsável pela administração do "campus", há órgãos de prestação de serviços, hospital, gráfica, biblioteca, creches, centro olímpico, editora, bares e restaurantes, teatro experimental,

⁶ As informações apresentadas neste ponto do trabalho foram obtidas a partir do próprio nome do documento. In: <<http://www.ufsc.br/45anos>>. Disponível em: <<http://www.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2005.

horto botânico, museu, área de lazer, Centro de Convivência com agência bancária, serviço de correio, telégrafo e fotografia, auditório, bar, restaurante, salões de beleza (masculino e feminino) e aloca ainda o Diretório Central dos Estudantes - DCE. Há também um Centro de Eventos inaugurado no ano de 2005. Este conta com serviços de bares e lanchonetes, livraria e papelaria, banco privado, serviço de revelação de fotos, auditório principal e auditórios auxiliares, espaço para mostras e apresentações artísticas e culturais.

Numa área de aproximadamente 18 milhões de metros quadrados, temos 1.020.769 m² de área construída e 17.058.143 m² fora do campus. A UFSC apresenta 595.870 m² de área construída em edificações, sendo que 274.523 m² encontra-se no campus. A esta área do "campus" foram acrescentados dois milhões de metros quadrados representados por manguezais que servem para a pesquisa e preservação de espécies marinhas. Através de um convênio com o Ministério da Marinha, a UFSC, em 1979, obteve a concessão da Ilha de Anhatomirim, com uma área de 45.000 metros quadrados, onde está instalada a Fortaleza de Santa Cruz.

Em 1990 o Ministério da Marinha transferiu à UFSC a guarda da Fortaleza de Santo Antônio, localizada na Ilha de Ratoes Grande. Nestas duas ilhas vêm sendo desenvolvidos trabalhos de pesquisa na área de Aquicultura e de Mamíferos Aquáticos.

Neste contexto, a UFSC assumiu, também, em 1992 a Fortaleza de São José da Ponta Grossa ao norte da ilha de Santa Catarina. Nas três fortalezas, restauradas pela UFSC com recursos da Fundação Banco do Brasil, são desenvolvidos trabalhos de Turismo Educativo.

A Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade, conforme Missão aprovada pela Assembléia Estatuinte em 04/06/93, "produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida".

A Universidade conta ainda com o trabalho das Prós-Reitorias e Conselho Universitário, dentre estes esta a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) que é responsável pela formulação de políticas, gerência e avaliação de extensão e atividades culturais da Universidade.

Para a execução de suas atividades, a PRCE conta com seis unidades: Departamento de Apoio à Extensão (DAEx), que inclui o Projeto Fortalezas; Departamento Artístico Cultural

(DAC); Editora Universitária (EDUFSC); Museu Universitário (MU); Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI); e Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). Todos desempenham funções específicas nas suas áreas de atuação.

A missão da PRCE é definida como "Consolidar a extensão enquanto atividade fim, bem como estimular as manifestações artístico-culturais resguardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, através do envolvimento da comunidade universitária, fortalecendo e ampliando a participação da UFSC na sociedade".

O Programa de Apoio a Projetos de Extensão da UFSC - PROEXTENSÃO objetiva apoiar financeiramente projetos de extensão de cunho sócio-comunitário, que tenham articulação com o ensino e a pesquisa, envolvendo alunos, servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, em atuação conjunta com a comunidade.

O orçamento desse Programa vem de recursos extra-orçamentários da universidade, oriundos do Fundo de Extensão (FUNEX), constituídos a partir do recolhimento de taxa de 1% de todos os projetos de extensão desenvolvidos na UFSC que contam com recursos próprios.

Através de um trabalho conjunto da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPG) e Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE), congregam-se iniciativas já existentes (FUNGRAD e FUNPESQUISA) com a PROEXTENSÃO para o lançamento, em Edital Simultâneo no mês de julho de 2002, desses programas de Apoio a Projetos de Ensino de Graduação, de Pesquisa e de Extensão. Neste edital foram mantidas as características originais de cada uma das áreas, normatizadas por legislações específicas com um cronograma único.

Dentre os critérios de seleção dos projetos de extensão, têm destaque: a relevância social, o impacto na comunidade, a interdisciplinaridade, a participação dos alunos, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e seu caráter inovador.

Conforme site da PROEXTENSÃO, todas as solicitações são analisadas por comissões de consultores das Unidades Universitárias, que julgam e classificam os projetos de acordo com seu mérito, priorizando aqueles de maior impacto comunitário. Os resultados do processo de seleção efetuado pelas comissões internas são, posteriormente, analisados quanto ao mérito por uma comissão externa composta por membros de outras instituições, com reconhecida experiência na respectiva área de atuação.

Cabe ainda ressaltar que todos os Centros da Universidade Federal de Santa Catarina podem apresentar projetos de extensão, assim como todas as Unidades de Ensino da Universidade.

A Universidade Federal de Santa Catarina, como instituição que trabalha a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, abarca mais de centenas de projetos e/ou programas desenvolvidos por vários centros e unidades de ensino. O destaque de cada projeto se dá pela relevância social, o impacto na comunidade, a interdisciplinaridade e a participação dos alunos.

O Departamento de Serviço Social, assim como a Universidade, também acredita que sua missão enquanto núcleo de pesquisa e extensão tem como objetivo atender as demandas de caráter social e econômico na implantação e assessoria de programas e projetos governamentais e privados, além de socializar os conhecimentos produzidos. O Departamento de Serviço Social trabalhou, de 2005 até abril de 2006, com 7 (sete) Projetos e 2 (dois) Programas, sendo que cada um deles conta com a coordenação/supervisão de no mínimo um professor do Departamento de Serviço Social⁷ (no mínimo. Os Projetos são:

- 1.Assessoria ao Projeto de Revisão do Plano Diretor da Cidade de São José;
- 2.Um Novo Olhar Sobre a Violência Doméstica – identificando políticas publicas;
- 3.Observatório Latino – Americano – Jornadas Bolivarianas;
- 4.Experiências em Cena VII: a trajetória do movimento sócio comunitário na construção do plano diretor integrado de Florianópolis;
- 5.Educação para Cidadania – divulgação de direitos e inclusão social;
- 6.Formação de Gestores,
- 7.Coordenação Vice – Presidência ABEPSS Sul I.

Os Programas são:

- 1.Programa Docente Assistencial,
- 2.Programa Integrado de Atenção as Pessoas Portadoras de Deficiência.

O Departamento ainda promove eventos, representações internas e comissões externas.

⁷ Fonte: Informações extraídas da apresentação da Professora Mestre Krystyna Matys Costa, através de data show, sobre a Extensão no Departamento de Serviço Social na Semana do Serviço Social – UFSC-2005/1.

O Programa Integrado de Atenção as Pessoas com Deficiência é desenvolvido por uma equipe executora multidisciplinar, onde estão envolvidos os seguintes departamentos/centros:

- Departamento de Educação Física – Centro de Desportos;
- Colégio de Aplicação – Centro de Ciências da Educação;
- Departamento de Patologias – Centro de Ciências da Saúde;
- Departamento de Serviço Social – Centro Sócio-Econômico;
- Departamento de Informática e Estatística – Centro Tecnológico.

O Programa tem como público alvo pessoas com deficiência da UFSC e da comunidade de seu entorno, familiares das pessoas atendidas, alunos e também profissionais interessados nas políticas de inclusão social de instituições governamentais e não governamentais.

Seu principal objetivo é desenvolver ações multidisciplinares que promovam atenção integral às pessoas com deficiência, propiciando melhoria na sua qualidade de vida. Para isto, o Programa prevê melhorias no atendimento nos diversos setores da UFSC, resgate de cidadania e conhecimento de seus direitos, ampliação na acessibilidade nos diversos setores da UFSC e também a acessibilidade na garantia de seus direitos, entre outros⁸.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada com base na experiência vivida em campo de estágio curricular obrigatório desenvolvido junto ao Programa Integrado de Atenção as Pessoas com Deficiência. O referido programa está alocado no Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família – NECAD, pertencente ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Este núcleo tem suas atividades voltadas para Pesquisa, Ensino e Extensão, desenvolvendo seus estudos em 3 linhas de pesquisa:

- 1 - Criança, Adolescente e Família: políticas sociais e intervenção profissional;

⁸ Programa Integrado de Atenção as Pessoas portadoras de Deficiência. Consta em anexo.

2 - Família: violência familiar e regulação pública;

3 - Risco, Saúde e Família: as tecnologias biopolíticas contemporâneas e as funções sócio - institucionais do Serviço Social⁹.

A partir da experiência de campo e da percepção da necessidade de promover a integração e convivência das pessoas com deficiência junto aos demais serviços e programas desenvolvidos pela UFSC, veio a necessidade de pesquisar os programas e/ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005.

Para chegar aos programas e/ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005 foram realizadas pesquisas via internet no site da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC¹⁰. Cabe aqui ressaltar que os programas e/ou projetos pesquisados se referem aos centros envolvidos com o Programa Integrado de Atenção as Pessoas com Deficiência.

O interesse acerca do tema Pessoas com /Deficiência surgiu a partir de minha participação no programa de extensão universitária: Programa Integrado de Atenção as Pessoas Portadoras de Deficiência. Participando deste pude perceber a dificuldade de localizar e integrar as pessoas com deficiência que se encontram dentro do espaço universitário.

A partir desta dificuldade, caracterizada pela falta de informações básicas para localizar as pessoas com deficiência dentro da UFSC, verificou-se a necessidade de promover a integração e convivência destas pessoas aos programas e projetos desenvolvidos pela UFSC, de modo a contribuir na produção e democratização de conhecimento que intervenham no processo de inclusão das pessoas com deficiência no espaço universitário.

O objetivo geral deste trabalho é identificar os programas e/ ou projetos desenvolvidos pela UFSC e identificar quais desses envolve pessoas com deficiência.

Como objetivos específicos podemos citar:

- levantamento dos serviços e programas da UFSC selecionados e homologados pela Pró-Extensão 2005;
- criação de um instrumental para coleta de informações;
- análise da coleta;

⁹ Fonte: Informações extraídas da apresentação da Professora Mestra Krystyna Matys Costa, através de data show, sobre a Extensão no Departamento de Serviço Social na Semana do Serviço Social – UFSC-2005/1.

¹⁰ Disponível em : <http://www.ufsc.br>. Acesso em 26 de fevereiro de 2006.

- articulação com a equipe do Programa a fim de aproximar e trocar informações;
- reuniões com os responsáveis pelos serviços e programas da UFSC para devolução dos resultados quando necessário;
- estudos teórico-metodológicos.

Segundo Gil (1999), podemos definir a pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Sendo assim, o objetivo fundamental de uma pesquisa é conhecer sujeitos, identificar problemas e soluções, entre outras formas de utilização que podemos empregar conforme o tipo de pesquisa a ser utilizado. Esta pesquisa tem como objetivo principal à descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Desse modo, podemos identificá-la como sendo uma pesquisa descritiva.

Além da pesquisa descritiva também foi realizada a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1999), é desenvolvida a partir de material já elaborado e constituída principalmente de livros e artigos científicos.

De acordo com Gil (1999), são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa que será apresentada se dispõe a estudar o tipo de atendimento prestado pelos órgãos públicos de uma comunidade. Para isso, foram estabelecidos alguns procedimentos metodológicos necessários para a instrumentalização desta prática interventiva.

3.2.1 Levantamento dos programas e/ ou projetos da UFSC selecionados e homologados pela Pró-Extensão 2005 no ano de 2005

Para realizar este processo de trabalho foi necessária uma visita ao Departamento de Apoio a Extensão – DAEX, onde, com a orientação de um técnico administrativo, realizei a presente pesquisa via internet¹¹. Cabe lembrar que os dados aqui apresentados referem-se

¹¹ Disponível em notes.ufsc.br.

apenas aos Departamentos que compõem a equipe multidisciplinar do Programa Integrado de Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência.

Nesta pesquisa constatou-se a existência de vinte (20) Programas Selecionados¹², a saber: sete (7) Programas selecionados no Departamento de Patologia; nove (9) Programas selecionados no Departamento de Educação Física e quatro (4) Programas selecionados no Departamento de Serviço Social. O Colégio de Aplicação do Centro de Ciências da Educação e o Departamento de Informática e Estatística do Centro Tecnológico não apresentaram programas e/ou projetos selecionados pela Pró – Extensão 2005.

3.2.2 Levantamento dos demais programas e/ ou projetos já existentes na UFSC que venham de encontro com pessoas com deficiência

Para realizar o processo de Levantamento dos demais programas e/ou projetos já existentes na UFSC foram feitas visitas institucionais, contatos telefônicos e contatos via e-mail, articulando e aproximando as atividades do estágio com as atividades do Programa de Extensão Universitária.

Foram localizados espaços dentro da Universidade que trabalham a inclusão de pessoas com deficiência em suas atividades. Espaços como o Colégio de Aplicação – CA, que dispõe de uma porcentagem de suas vagas para inclusão de crianças e adolescentes com deficiência. No CA, cada aluno com deficiência dispõe de um bolsista para auxiliá-lo nas atividades desenvolvidas dentro e fora de sala de aula. O Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI também dispõe de uma porcentagem de suas vagas para inclusão de crianças de zero a seis anos com deficiência. Já no Centro de Desportes – CDS há programas específicos para pessoas com deficiência, como: natação para cegos, basquetebol para cadeirantes, goal-ball, futebol para cegos, entre outros programas que também incluem pessoas com deficiência.

¹² Consta em anexo a relação dos Programas Selecionados.

A Universidade Federal se prepara para a chegada do universitário deficiente desde o processo seletivo. A COPERVE¹³, órgão responsável pelo processo do vestibular, dispõe na ficha de inscrição para o vestibular um campo onde o candidato que se identificar como deficiente terá garantido acesso, tempo e material da prova adaptados à sua deficiência.

No caso do acadêmico de graduação ou pós-graduação se tornar uma pessoa com deficiência durante seu tempo de permanência na universidade, este poderá se identificar semestralmente no processo de matrícula feito via internet: há um campo disponível para identificar e detalhar sua deficiência. Sendo assim, de conhecimento dessas informações, a Universidade busca adaptar-se dentro das necessidades desse novo aluno com deficiência.

3.2.3 Criação de um instrumental para coleta de informações

Após a realização do processo de pesquisa dos programas, projetos e/ou serviços oferecidos pela UFSC, foi desenvolvido, sob orientação da supervisora de campo, um Instrumental para pesquisa aqui apresentada¹⁴. Este instrumental tem como objetivo a coleta de informações acerca dos programas e projetos supra citados.

Através deste instrumental é possível relacionar a natureza da atividade com as pessoas com deficiência, aproximando os programas, projetos e/ ou serviços das pessoas com deficiência da UFSC, na tentativa de melhorar a qualidade de vida destas pessoas dentro do espaço universitário.

Este instrumental foi aplicado aos Coordenadores de cada Projeto Selecionado pela Pró-Extensão 2005. Cada coordenador respondeu pessoalmente em entrevista ou através de contatos via e-mail.

¹³ Comissão Permanente do Vestibular - órgão responsável pelo processo do vestibular da UFSC.

¹⁴ Está relacionado no apêndice.

3.2.4 Articulação com a equipe do programa a fim de aproximar e trocar informações

A articulação junto à equipe do Programa se dá desde o início do estágio curricular obrigatório, no intuito de trocar informações e conhecimentos. Em reuniões semanais, previamente marcadas, colocamos individualmente as atividades desenvolvidas pelos bolsistas do Programa e pela estagiária. Também expomos dúvidas, sugestões e esclarecimentos que surgiram durante o processo de trabalho.

Esta articulação entre estagiário e a equipe do Programa é de fundamental importância na promoção de melhorias no atendimento específico de cada área. Através de orientações, esclarecimentos e encaminhamentos prestados é possível melhorar de forma substancial a qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias.

3.2.5 Reuniões com os responsáveis pelos programas e/ou projetos da UFSC

3.2.5.1 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE

A reunião aconteceu entre a Equipe do Programa e a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Corina Martins. Ela teve o intuito de obter dados referentes a acadêmicos deficientes que procuram a PRAE para algum tipo de auxílio. A partir do conhecimento extraído destes dados, é pensada uma ação que auxiliará estas pessoas com deficiência da Universidade.

Durante a reunião situei meu estágio curricular obrigatório junto ao Programa, apresentando meu Plano de Estágio e colocando quais seriam meus objetivos enquanto estagiária. A Pró-Reitora colocou seu interesse pelo Programa, pois também é uma profissional de Serviço Social. Ela destacou a importância de nosso trabalho e se desculpou por não ter dados referentes às pessoas com deficiência que procuram a PRAE. Também colocou que gostaria de receber uma devolutiva do Relatório do Programa.

3.2.5.2 Colégio de Aplicação – CA

Esta reunião foi realizada entre a Equipe do Programa, pais das crianças e adolescentes com deficiência e Coordenadora do Programa do CA. Feita a apresentação do Programa e dos nossos objetivos junto ao mesmo, bem como os esclarecimentos solicitados, situei meu estágio junto ao Programa e coloquei também meus objetivos. Alguns pais falaram da necessidade de ter um atendimento mais individual e voltado especificamente para cada deficiência. Também colocaram que gostariam de receber uma devolutiva do Programa.

3.2.5.3 Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI

Neste encontro ocorrido no NDI estavam presentes os pais das crianças com deficiência que freqüentam o Núcleo e a equipe sócio-econômica do Programa. Foi apresentado o Programa aos pais e o Plano de Estágio curricular obrigatório. Após a apresentação, os pais colocaram as dificuldades encontradas em lidar apenas com pedagogos. Outra questão levantada na ocasião foi a falta de um profissional de serviço social na instituição. Este profissional poderia melhorar a relação entre núcleo, famílias e crianças. Os pais também gostariam de receber um retorno do Programa.

3.2.6 Estudo teórico–metodológico

Com intuito de obter maior conhecimento a cerca das questões que permeiam o cotidiano das pessoas com deficiência, foram realizados estudos com temas previamente delimitados, como: sexualidade, tipos de deficiência, família com pessoas deficientes, resgate histórico da nomenclatura utilizada para as pessoas com deficiência, entre outros temas tão relevantes.

Através de estudos teórico–metodológicos, voltados especificamente para áreas da deficiência, foi possível conhecer as etapas históricas e nomenclaturas dadas às deficiências. Também foi possível compreender e identificar melhor as características de cada deficiência e quais suas necessidades específicas. Isso possibilita um melhor atendimento das pessoas com deficiência, de sua família e/ou responsável, quando solicitado.

A dinâmica de estudos se dava com o intuito de subsidiar as atividades do estágio e a realização de debates junto à equipe do Programa. Neste espaço socializamos os conhecimentos adquiridos com leituras.

A partir dos estudos teórico–metodológicos também realizei participações em atividades extra-extensão que seguem relacionadas abaixo:

- Apresentação de banner na Semana de Pesquisa e Extensão Universitária – SEPEX 2005 com o título: Integração e convivência das pessoas com deficiência junto aos serviços e programas desenvolvidos pela UFSC. Fui autora e contei com a colaboração de minha supervisora de campo Prof^ª Dr^ª Maria Manoela Valença;
- Apresentação de banner na Semana de Pesquisa e Extensão Universitária – SEPEX 2005 com o título: O Serviço Social, a Extensão e as Pessoas com Deficiência na UFSC. A autora deste trabalho foi a Prof^ª Dr^ª Maria Manoela Valença. Atuei como colaboradora em conjunto com outras acadêmicas;
- Apresentação de banner na IV Jornada Acadêmica de Produção Científica da UDESC com o título: Integração e Convivência das Pessoas com Deficiência junto aos Serviços e Programas Desenvolvidos pela UFSC. Neste participei como autora e tive a colaboração da Prof^ª Dr^ª Maria Manoela Valença;
- Apresentação oral do Programa Integrado de Atenção as Pessoas Portadoras de Deficiência na Semana de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS. Este trabalho foi feito junto com os Coordenadores do Programa Integrado de Atenção as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Participação no 33º Congresso Mundial de Escolas de Serviço Social – Universidade de Santiago do Chile – Chile, com o trabalho: Extensão Universitária e Pessoas com Deficiência: integração necessária para a garantia de direitos¹⁵.

¹⁵ Este Congresso acontecerá em Agosto do ano corrente, porém o referido trabalho está inscrito para apresentação oral bem como comporá os Anais do mesmo.

A participação com ética e competência em diversos eventos contribuiu para o crescimento do entendimento a respeito do tema estudado, despertou o interesse em buscar novos conhecimentos e proporcionou a troca das informações e dos conhecimentos adquiridos nas atividades.

3.3 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA

3.3.1 Sistematização e análise da coleta de informações

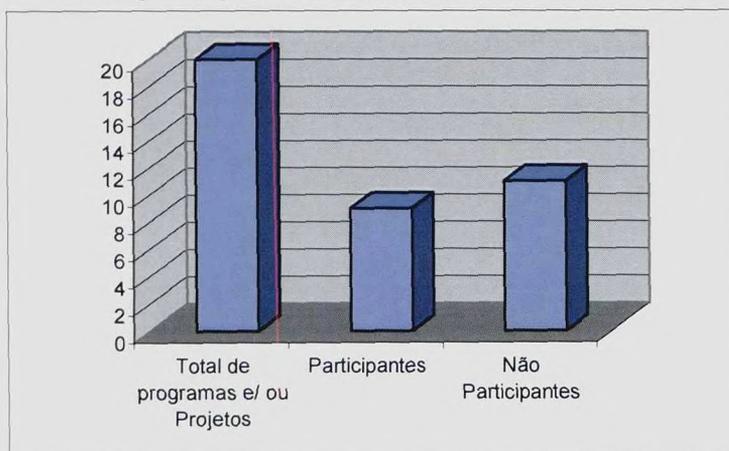
A coleta de dados iniciava-se através de telefonemas ou contato via e-mail. O instrumental era enviado por e-mail aos coordenadores. Estes, por sua vez, também enviavam suas respostas por e-mail. Do total de 20 (vinte) programas e/ou projetos selecionados, apenas 09 (nove) participaram respondendo a pesquisa, dificultando a análise total de dados. A partir dos instrumentais respondidos podemos analisar os dados das áreas envolvidas e sua participação junto aos espaços universitários.

Cabe lembrar novamente que os Centros aqui pesquisados e posteriormente analisados referem-se aos departamentos relacionados à equipe multidisciplinar do Programa Integrado de Atenção às Pessoas com Deficiência.

3.3.2 Participação dos Coordenadores na Pesquisa

A análise dos dados referentes ao instrumental de pesquisa será iniciada pela participação dos coordenadores dos programas e/ou projetos selecionados pela Pró Extensão 2005. O gráfico 01 apresenta o número total de programas e/ou projetos selecionados, o número de participantes e o número de não participantes na pesquisa.

Gráfico 01: Número total de programas e/ ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005 e número de participação dos coordenadores dos mesmos

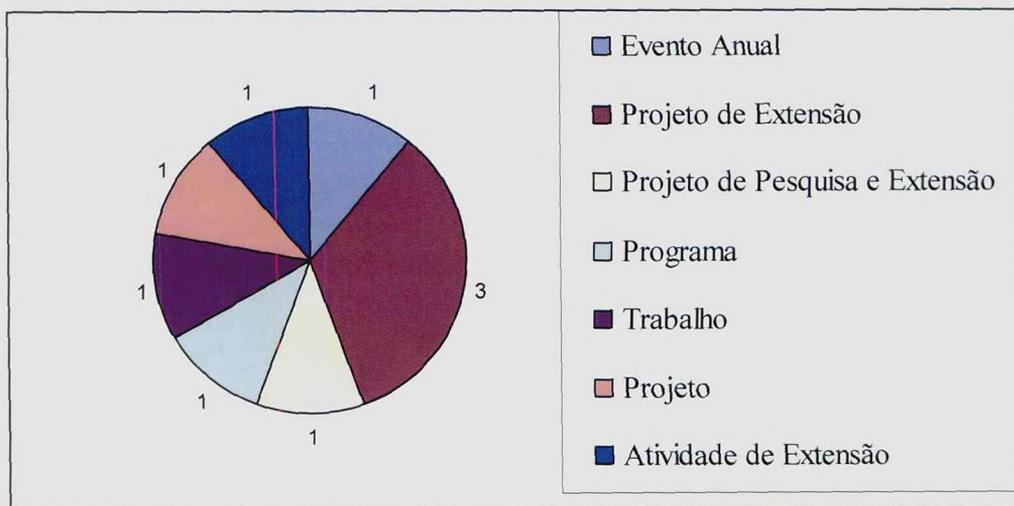


Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

Esta pesquisa foi realizada a partir da percepção da necessidade de promover a integração e convivência das pessoas com deficiência junto aos demais serviços e programas desenvolvidos pela UFSC. O gráfico acima mostra um equilíbrio entre os participantes e não participantes da pesquisa: cerca de 45% dos coordenadores participaram, contra outros 55% de não participantes. Esta similaridade na quantidade de participantes e não participantes dificulta a amostragem da pesquisa. Com a participação de apenas 45% dos coordenadores junto à pesquisa realizada, os demais programas não poderão ser apresentados como auxílio ou outra forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência dentro do espaço universitário.

3.3.3 Natureza das Atividades

A distribuição das quantidades de projetos e/ou pesquisas contemplados por este trabalho é verificada no gráfico 02. A natureza da atividade dos programas e/ou projetos pesquisados é bastante diversificada. Dos 09 projetos e/ou programas estudados, 03 são Projetos de Extensão. Os demais aparecem uma única vez.

Gráfico 02: Identificação da natureza das atividades

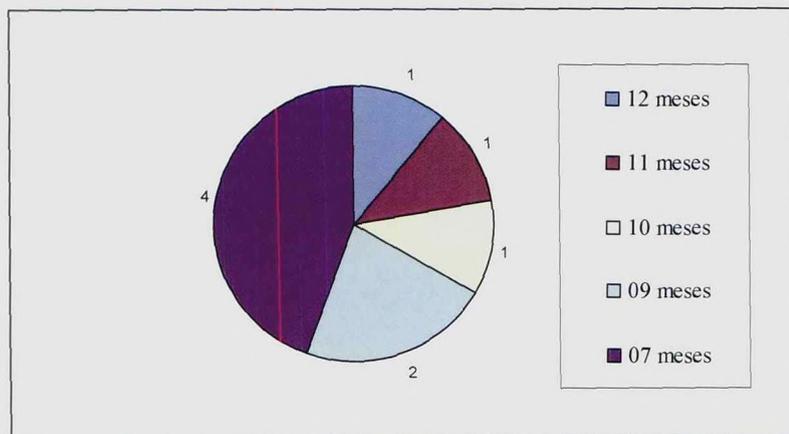
Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró-extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

Apesar da heterogeneidade das atividades, todas têm a mesma finalidade: auxiliar e contribuir no desenvolvimento psicossocial das pessoas do espaço universitário e comunidade de seu entorno.

3.3.4 Período de Realização dos Programas e /ou Projetos e Número de Bolsistas

Neste item será visto o período de duração de cada programa e/ou projeto e quais destes contam com a colaboração de bolsistas em seu desenvolvimento.

O gráfico 03 mostra a quantidade de programas e/ ou projetos realizados em função do tempo de duração. A maioria dura cerca de 07 meses, 04 no total. Há programas e/ou projetos que duram 09 meses e os demais duram entre 10 e 12 meses.

Gráfico 03: Período de realização dos programas e/ ou projetos

Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

No gráfico 04 observamos que o número predominante de bolsistas é de 02 por programa e/ou projeto e que apenas um desses conta com a participação de 19 (dezenove) bolsistas. Este último é referente às pessoas com deficiência. É importante salientar ainda que a participação de bolsistas nos programas e/ou projetos é muito importante, pois estes dão base para realização e desenvolvimento das atividades de forma ampla e abrangente.

Gráfico 04: Número de Bolsistas

Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

3.3.5 Objetivos dos Programas e / ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005

Para realizar a análise dos objetivos dos programas e/ou projetos selecionados pela Pró-Extensão 2005, é apresentada uma tabela onde consta relacionado os títulos de cada Programas e/ou projetos selecionados e seus respectivos objetivos.

Tabela 02: Títulos e Objetivos dos programas e/ ou projetos selecionados pela pró – extensão 2005

TÍTULO	OBJETIVO
Observatório latino Americano- Jornadas Bolivarianas	Debater e formular medidas políticas, econômicas, sociais e culturais.
Formação Sócio Política de Gestores Comunitários na relação com a Política Urbana	Capacitar os participantes das organizações sócio – comunitárias e populares para uma intervenção qualificada no desenvolvimento do movimento sócio – comunitário local, regional mas suas relações com a política urbana.
Um novo olhar sobre a violência contra a mulher – identificando políticas públicas	Conhecer as principais causas da violência contra a mulher na grande Florianópolis e dar visibilidade pública para esta questão.
Atendimento Odontológico no GAPA - Lar Recanto do Carinho	Aplicação de tratamento curativo, visando à promoção em saúde bucal das crianças e adolescentes atendidos na instituição Gapa – Lar Recanto do Carinho – Florianópolis/ SC
Cuidados Odontológicos aos Portadores de Deficiência	Aplicação de cuidados odontológicos que visem a promoção em saúde bucal ao portador de deficiência
Atenção à Saúde Bucal do Adolescente	Promoção à saúde bucal de adolescentes carentes, inscritos nos programas assistências do Lar Fabiano de Cristo e da Associação Beneficente de Reabilitação de Santa Catarina – ambas de Florianópolis.
Assistência à Saúde Bucal na Terceira Idade	Promoção à saúde bucal na clientela da 3ª idade, acessada aos programas assistências da Associação Beneficente de Reabilitação de Santa Catarina e do Lar Fabiano de Cristo
Projeto Sábado no Campus: esportes adaptados	Propiciar a inserção e/ ou reinserção das pessoas com deficiência na prática de atividades físicas, recreativas, esportivas e de lazer favorecendo a socialização e a melhoria da sua qualidade de vida
Capoeira Beribazu	Promover atividades de capoeira e outras manifestações da cultura afro – brasileira a comunidade do entorno da UFSC e aos acadêmicos em geral.

Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

Esta análise constitui-se num processo muito importante e difícil de ser realizado. Analisar a totalidade de programas e/ou projetos de diferentes departamentos requer um entendimento mínimo dos mesmos para relacioná-los dentro dos espaços acadêmicos.

A partir desse entendimento podemos perceber que, independente do departamento, todos os programas e/ou projetos têm como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida das pessoas da UFSC e comunidade de seu entorno, tenham estas pessoas com algum tipo de deficiência ou não.

3.3.6 Público Alvo por Projeto e/ou Programa

Este tópico é de grande importância para análise do processo de trabalho. Com a apresentação do público alvo podemos perceber para qual parcela da população os programas e/ou projetos selecionados na Universidade estão sendo destinados.

A tabela 03 apresenta a quantidade de público alvo por projeto e/ou pesquisa. Público alvo refere-se ao tipo de pessoas e não à quantidade destas. Fazendo uma análise breve desta tabela percebemos que nenhum projeto e/ou programa está voltado para mais de um público alvo. Além disso, apenas 02 programas e/ ou projetos está diretamente ligado a pessoas com deficiência.

Tabela 03: Quantidade de Público Alvo por projeto e/ou programa

Projeto e/ou programa	Qtd	Descrição do Público Alvo
Observatório latino Americano-Bolivarianas Jornadas	01	Estudantes, servidores administrativos, professores e militantes de movimentos populares
Formação Sócio Política de Gestores Comunitários na relação com a Política Urbana	01	Membros de diretorias de associações de moradores, conselhos comunitários do município de Florianópolis/ SC, e demais sujeitos atuantes no segmento comunitário
Um novo olhar sobre a violência contra a mulher – identificando políticas públicas	01	Mulheres excluídas dos direitos mínimos, ou seja, mulheres chefes de famílias que recebem até um salário mínimo para manter seus filhos e mulheres que sofrem violência
Atendimento Odontológico no GAPA - Lar Recanto do	01	Todas as crianças e adolescentes que residem no Gapa – Lar Recanto do Carinho Fpolis/SC

Carinho		
Cuidados Odontológicos aos Portadores de Deficiência	01	Duzentos e cinquenta alunos da APAE - Fpolis/SC, juntamente com seus pais, responsáveis, cuidadores e professores
Atenção à Saúde Bucal do Adolescente	01	Crianças e adolescentes inscritos nos programas de assistência da Associação Beneficente de Reabilitação de SC e do Lar Fabiano de Cristo – Fpolis/ SC
Assistência à Saúde Bucal na Terceira Idade	01	Idoso carentes participantes dos grupos assistidos pelas ações assistências da Associação Beneficente de Reabilitação de SC e do Lar Fabiano de Cristo – Fpolis/ SC
Projeto Sábado no Campus: esportes adaptados	01	Pessoas com deficiência
Capoeira Beribazu	01	Comunidade do entorno da UFSC e acadêmicos em geral

Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

3.3.7 Relação das atividades com Pessoas com Deficiência

Na tabela 04 é feita a análise total dos programas e/ou projetos selecionados. A análise mostra que apenas dois desses programas e/ou projetos estão completamente voltados ao público deficiente. São eles: **Cuidados Odontológicos aos Portadores de Deficiência e Projeto Sábado no Campus: esportes adaptados**. Entretanto, o grande diferencial está apresentado nos 03 programas que apresentam considerações a respeito da inclusão de pessoas com deficiência. São eles: **Observatório latino Americano- Jornadas Bolivarianas, Formação Sócio Política de Gestores Comunitários na relação com a Política Urbana e Um novo olhar sobre a violência contra a mulher – identificando políticas públicas**. Este dado abre grandes possibilidades para as pessoas com deficiência que frequentam os espaços universitários e também para as pessoas da comunidade de seu entorno que participam das atividades desenvolvidas dentro da Universidade. Os demais programas e/ou projetos (04 no total) que não apresentam considerações específicas a respeito das pessoas com deficiência representam uma parcela considerável nesta problemática. Qualquer que seja o espaço para inclusão dessas pessoas é muito importante. O descaso acarreta um processo de inclusão mais demorado e custoso para as pessoas com deficiência e suas famílias e/ ou responsáveis.

Tabela 04: Relação com Pessoas Deficientes – Departamento de Serviço Social/ CSE

TÍTULO	RELAÇÃO COM PESSOAS DEFICIENTES
Observatório latino Americano- Jornadas Bolivarianas	Não teve mobilização especial para as pessoas com deficiência, embora houvesse acessibilidade para os mesmos, pois aconteceu no auditório da reitoria da UFSC.
Formação Sócio Política de Gestores Comunitários na relação com a Política Urbana	O projeto tem potencial para aproximar seu público alvo as questões referentes às pessoas com deficiência .
Um novo olhar sobre a violência contra a mulher – identificando políticas públicas	No decorrer das entrevistas com mulheres que sofrem violência, conheceram uma mulher deficiente auditiva que deu sua contribuição com seu depoimento para o projeto.
Atendimento Odontológico no GAPA - Lar Recanto do Carinho	Os profissionais envolvidos recebem orientações sobre o perfil da clientela atendida .
Cuidados Odontológicos aos Portadores de Deficiência	Projeto de extensão todo voltado ao atendimento de pessoas com deficiência .
Atenção à Saúde Bucal do Adolescente	Os profissionais envolvidos recebem orientações sobre o perfil da clientela atendida.
Assistência à Saúde Bucal na Terceira Idade	Os profissionais envolvidos recebem orientações sobre o perfil da clientela atendida.
Projeto Sábado no Campus: esportes adaptados	As atividades são voltadas para a iniciação e treinamento de algumas modalidades paradesportivas. As atividades são desenvolvidas dentro da disponibilidade do espaço físico e dos horários em que as pessoas com deficiência tem para participar.
Capoeira Beribazu	Acontecem de forma ocasional

Fonte: Instrumental aplicado aos coordenadores dos programas e/ ou projetos selecionados pela Pró – extensão 2005. Outubro de 2005 a março de 2006.

A partir da pesquisa realizada constatamos que os espaços universitários ainda precisam ser pensados de forma a incluir e integrar cada dia mais as pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, criando possibilidades de convivência, conhecimento, educação e lazer não só para as pessoas com deficiência, mas para todos que trabalham, apóiam e convivem com elas. Apesar de ser um espaço público, gratuito e de qualidade, a Universidade ainda apresenta muitas dificuldades e poucos espaços de inclusão para esta parcela da população.

O caminho a ser percorrido pelas pessoas com deficiência ainda é longo e demorado. Até mesmo em espaços que deveriam ser totalmente inclusivos, muitos paradigmas ainda devem ser enfrentados. Porém, cada abertura e possibilidade oferecida a estas pessoas com deficiência e suas famílias faz com que estas tenham um crescimento psicossocial muito valioso, podendo assim elevar sua auto-estima e sua qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar as expressões que permeiam a vida das pessoas com deficiência. Estas pessoas estão vivendo um momento na qual buscam espaços para a inclusão social. Para conquistar estes espaços, elas estão ultrapassando e rompendo barreiras criadas pelo processo de exclusão social.

As múltiplas expressões da questão social se apresentam como fatores determinantes no processo de exclusão social das pessoas com deficiência. Os desdobramentos sócio-políticos como as fortes desigualdades, o desemprego, a fome, a violência, as doenças, enfim, desamparos frente às conjunturas econômicas adversas, dificultam ou excluem totalmente estas pessoas do convívio social.

A questão social se apresenta como o objeto de trabalho do profissional de serviço social. Cabe a este esclarecer as pessoas com deficiência, assim como a população em geral dos seus direitos sociais e dos meios de ter acesso aos mesmos. É necessário também que o assistente social esteja preparado para enfrentar e buscar sempre vencer os desafios a ele impostos.

A exclusão social não é um tema que podemos considerar recente. Ela percorre a história do homem desde o século XX e com o passar do tempo ganhou um grande destaque no cenário global. Como qualquer processo que acontece na sociedade toma proporções e acaba por gerar discussões e questionamentos, com a exclusão social não poderia ser diferente. Há grandes discussões acerca das parcelas que se apresentam socialmente excluídas. Dentre estas parcelas se encontram as pessoas com deficiência, as quais sofrem as exclusões em todos os níveis sociais, desde o processo de escolarização ao ingresso no mercado de trabalho.

A exclusão social acaba por caracterizar estigmas nas pessoas com deficiência, os quais dificultam ou excluem totalmente estas pessoas do processo de inclusão social.

A inclusão social das pessoas com deficiência não depende somente delas, mas também de um conjunto de ações que pode ser firmado por toda a sociedade, a qual primeiro exclui estas pessoas para depois criar espaços e meios de inclusão social.

Para alcançarmos uma inclusão social que realmente aceite e inclua estas pessoas é necessário romper com paradigmas impostos pela sociedade e buscar ações que fortaleçam e

garantam a inclusão social. A sociedade precisa mudar o modo que percebe, vê e acessa estas pessoas, pois com esta visão formada de pré-conceitos a inclusão social não acontece na sua totalidade. A busca da inclusão social das pessoas com deficiência não abrange somente estas pessoas, mas também sua família e as pessoas que apóiam e trabalham na causa. Um fator importante no caminho da inclusão social se dá através das legislações que garantem direitos e salientam deveres destas pessoas.

Todas as pessoas de nossa sociedade têm direitos previstos por leis. Entretanto algumas parcelas da sociedade tem direitos específicos para elas, como: crianças, adolescentes e idosos. Este também é o caso das pessoas com deficiência. Com o passar do tempo, as pessoas com deficiência foram ganhando espaços muito significativos na sociedade e buscando garantias perante as leis, decretos e resoluções que a elas se estendem. O caminho percorrido por estas pessoas muitas vezes lhes fazem pensar em desistir, pois se mostram longos, dolorosos e por vezes podem necessitar de recursos financeiros, dos quais muitas pessoas de nossa sociedade não dispõem.

Estes direitos são fundamentais e prioritários para o processo de inclusão social das pessoas com deficiência nos mais variados espaços da sociedade. Nas últimas décadas, as pessoas com deficiência vêm conquistando direitos em praticamente todos os espaços, tais como: saúde, reabilitação, educação, trabalho, cultura e lazer.

Não podemos pensar que já temos tudo garantido, pois há sempre o que ser conquistado e um espaço a ser preenchido. Acredito que, assim como nas duas últimas décadas, as décadas que virão terão cada vez mais espaços destinados às pessoas com deficiência a serem conquistados e garantidos.

No processo de garantia, busca e efetivação de direitos sociais, o assistente social se mostra um profissional capaz de orientar as pessoas a partir de seus direitos e deveres garantidos perante a lei.

A partir da CF de 1988, o assistente social já se mostra um profissional capaz de responder as necessidades apresentadas pela sociedade. Entre as diversas parcelas da sociedade estão as pessoas com deficiência. Cabe ao assistente social buscar viabilizar os direitos destas pessoas, tais como: saúde, educação, previdência social, habitação, entre outras.

Na busca de conhecer os espaços e identificar os programas e/ou projetos desenvolvidos pela UFSC e quais desses envolve pessoas com deficiência, realizou-se a

pesquisa com base na experiência vivida em campo de estágio curricular obrigatório. Este foi desenvolvido junto ao Programa Integrado de Atenção as Pessoas com Deficiência.

Na atividade de estágio percebeu-se a dificuldade de localizar e integrar as pessoas com deficiência que se encontram dentro do espaço universitário. A partir desta dificuldade veio a percepção da necessidade de promover a integração e convivência das pessoas com deficiência junto aos programas e projetos desenvolvidos pela UFSC, contribuindo na produção e democratização de conhecimento que intervenham no processo de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade.

Entretanto, ao iniciar a análise dos dados, percebeu-se a falta de espaços para inclusão das pessoas com deficiência. Pode-se definir que estes espaços vão desde a acessibilidade aos locais dentro da universidade até o desenvolvimento de atividades em grupos.

Neste sentido, os espaços universitários ainda precisam ser pensados. Isto deve ser feito a partir da acessibilidade das pessoas com deficiência, pois há, na Universidade, muitas barreiras arquitetônicas que dificultam a circulação e convivência das pessoas com deficiência dentro deste espaço.

Esta falta de acessibilidade acaba por excluir as pessoas com deficiência do meio universitário. Ainda deve-se levar em conta que a universidade apresenta atividades e espaços de inclusão que são desenvolvidos e pensados para crianças e adolescentes, e não somente para jovens e adultos. E é nesta fase que o processo de inclusão geralmente é mais dolorido, tanto para os deficientes como para seus responsáveis.

Seria necessário desenvolver espaços que possam incluir e integrar cada dia mais as pessoas com deficiência, criando possibilidades de convivência, conhecimento, educação e lazer não só para as pessoas com deficiência, mas para seus familiares ou responsáveis, para os que trabalham direta ou indiretamente com estas pessoas e para os que apóiam e fazem parte do cotidiano dos deficientes.

Sendo a Universidade um espaço público, gratuito e de qualidade, espera-se que, a partir de tantos predicados, esta seja inclusiva. Entretanto, a Universidade apresenta muitas dificuldades no atendimento, acolhida e permanência das pessoas com deficiência em seus espaços. Além disso, poucos são os espaços de inclusão para esta parcela da sociedade.

Poucos são os espaços voltados exclusivamente para as pessoas com deficiência. Poucos também são os que, apesar de não serem voltados especificamente para este público, estão preparados para o atendimento dos mesmos.

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência vem tomando um espaço significativo no cenário global. Vem crescendo o debate acerca do tema. A partir deste crescimento a sociedade busca mais espaços inclusivos junto aos programas e projetos sociais desenvolvidos pelos governos. Esta busca se dá tanto no âmbito federal, estadual como no municipal. Estes espaços de inclusão social desenvolvidos pelas instâncias do governo para as pessoas com deficiência são muito importantes para seu desenvolvimento nos mais variados processos de inclusão social.

Com este reconhecimento no cenário global, cresce o conhecimento, aceitação e formas de inclusão social. Mas mesmo diante do exposto ainda ocorrem muitos processos de exclusão social junto a esta parcela da sociedade. Estes processos de exclusão se dão na sua maioria junto ao processo de inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar. Esta primeira forma de exclusão social pode acabar por dificultar os demais processos de inclusão social da pessoa com deficiência.

Até mesmo os espaços destinados ao uso exclusivo das pessoas com deficiência ainda precisam ser melhorados e adaptados a estas pessoas, pois sempre há de se pensar em uma única forma de deficiência acabando por excluir as demais.

Este estudo mostrou que os caminhos que as pessoas com deficiência têm que percorrer para ter acesso e garantias fundamentais para o seu desenvolvimento ainda é um pouco longo e com muitos percalços a serem ultrapassados. Mas esperamos que muitos sejam os ganhos futuros para esta parcela da sociedade, que com sua própria força e garra vem buscando espaços e garantias em tudo que lhes é oportunizado pela sociedade.

A partir destas formas de conquistas realizadas pelas pessoas com deficiência pretende-se, com a ajuda do trabalho aqui apresentado, facilitar a integração e convivência das pessoas com deficiência junto aos serviços e programas desenvolvidos pela UFSC, de modo a informar, orientar, contribuir e desenvolver ações sócio-educativas junto às pessoas com deficiência e suas famílias, possibilitando uma melhoria na sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lidiane Cristina da Costa. **Gratuidade no transporte coletivo, uma questão em análise**: Empresário do transporte coletivo de Florianópolis x deficientes visuais associados à ACIC. Trabalho de conclusão de Curso. UFSC - Florianópolis, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 914 de 06/09/1993**. Institui a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Senado Federal, 1993.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

_____. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social. 2. ed. Brasília: MPAS, SEAS, 2001.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Senado Federal, 1996.

_____. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Lei Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, Senado Federal, 2000.

_____. **Resolução nº 273/93 de 13 de março de 1993**. Institui Código de Ética Profissional do Assistente Social. Disponível em <http://www.cress-sc.org.br>. Acesso em 10 de julho de 2006.

_____. **Declaração de Salamanca**. Aprovado por aclamação, na cidade de Salamanca, Espanha, neste dia, 10 de Junho de 1994.

Conteúdo Escola. Disponível em <<http://conteudoescola.com.br>>. Acesso em: 24 de maio de 2006.

COSTA, Krystyna Matys. Informações extraídas da apresentação da Professora Mestre, através de data show, sobre: **Extensão no Departamento de Serviço Social na Semana do Serviço Social** – UFSC-2005/1.

 CRESPO, Ana Maria Morales. **Pessoas com deficiência e a construção da cidadania**. Disponível em: <<http://www.deficiente.com.br/imprimir-artigo-183.html>>. Acesso em: 12 de julho de 2006.

FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Direito à educação das pessoas com deficiência.** Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero26/artigo05.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.**

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

*GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis** 3. Ano 2, nº 3. Janeiro/ Junho 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Leis a respeito da saúde. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/>. Acesso em: 19 de julho de 2006.

LIMA, Sabrina Greize de Lima. **O transporte coletivo adequado às pessoas com necessidades especiais no município de Florianópolis:** uma questão a ser pensada. Trabalho de conclusão de Curso. UFSC - Florianópolis, 2004.

*MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de Deficiência e a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, nº 14(2), 2000.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão social: objetivo do serviço social? **Serviço Social em Revista.** Vol 2, nº 1 . Julho/ Dezembro 1999.

MEIRELES, Elisângela Cabral de., & EL-AOUAR, Walid Abbas. **O desafio das ONG's ante a minimização do papel do Estado no cenário global.** Cadernos de Pesquisas em Administração. São Paulo. Vol. 09, nº 3. Junho/ Setembro 2002.

NETTO, José Paulo. “Cinco notas a propósito da “Questão Social””. **Temporalis** 3. Ano 2, nº 3. Janeiro/ Junho 2001.

NIOTTI, Michelle da Rocha. **Deficiência mental e mercado de trabalho:** um estudo sobre o processo de inclusão. UFSC, Florianópolis, 2004.

*PEREIRA, Potyara A. P. A questão social, o serviço social e os direitos de cidadania. **Temporalis** 3. Ano 2, nº 3. Janeiro/ Junho 2001.

REGAN, Mina. CORTEZ, Maria Lúcia Sica. & ARDORE, Marilena. **Conceitos e funções da família**. Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br/artigos>>. Acesso em: 15 de outubro de 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** Vida independente. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16. *OK*

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma Sociedade para Todos**. 5.ed., Rio de Janeiro: WVA, 2003. *OK*

SOUZA, Luciana Gomes de Almeida. **Cuidando do filho com deficiência mental: desvelamentos de vivências de pais no seu ser com o filho**. 2003. Dissertação (mestrado em Enfermagem) Escola de enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-29082003083526..> Acesso em: 13 de junho de 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Globalização da economia e processos de exclusão social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.ufsc.br/45anos>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2006.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 16- 27.

ANNALS

ANEXO

**ANEXO A – RELATÓRIO DE PROGRAMA OU PROJETO DE EXTENSÃO
APROVADO PELO PROEXT 2004**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu
DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR - DEPEM

RELATÓRIO DE PROGRAMA OU PROJETO DE EXTENSÃO APROVADO PELO
PROEXT 2004

PROGRAMA
 PROJETO

**TÍTULO: PROGRAMA INTEGRADO DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

INSTITUIÇÃO(ÕES) CONSORCIADA(S): Nenhuma

COORDENADOR: Luciano Lázzaris Fernandes - tel. (48)3319462 – r/25 ou 3318305-
E-mail: Luciano@cds.ufsc.br

TEMA DO PROGRAMA OU PROJETO:

1 2 3

Descrição sumária do Programa ou Projeto, incluindo objetivo e metodologia
APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA.

A Universidade, como instituição que trabalha a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tem como um de seus principais compromissos a produção e socialização do conhecimento. Sendo a extensão uma forma de efetivar a indissociabilidade, esta se “*configura numa dimensão de continuidade e permanência em processos de realimentação, valorando a prática e a reflexão desta prática*” (MELO, 2001, p.123).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elucida que “*a institucionalização da extensão implica na adoção de medidas e procedimentos necessários ao direcionamento das atividades acadêmicas às questões de relevância social*”. (NOGUEIRA, 2000, p.12).

Neste sentido, RIBEIRO (2003) salienta a importância de implementação no ensino superior de serviços e/ou programas que colaborem, além da produção de conhecimento, com a troca de experiências entre a Universidade e a comunidade, para a viabilização de estratégias técnico-operativas de acordo com a leitura da realidade.

A inclusão de pessoas portadoras de deficiências em instituições de ensino e empresas é fundamental, pois, além da necessidade latente de proporcionar a educação para todos, este processo é amparado por leis e resoluções que asseguram a integração das pessoas com deficiências físicas, sensoriais, cognitivas e múltiplas.

A exemplo, pode-se citar a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96, as quais asseguram aos portadores de deficiência, igualdade de condições para seu acesso e permanência nas instituições de ensino, através de uma atenção integral. Nesse sentido, o portador de deficiência é percebido como um sujeito com direitos.

O trabalho a ser desenvolvido a partir de uma equipe multidisciplinar vem ao encontro desta atenção integral, no sentido de permitir uma abordagem diferenciada e qualificada à pessoa portadora de deficiência dentro do contexto bio-psico-social e educacional, na perspectiva de uma melhoria de qualidade de vida, visando a inclusão social.

OBJETIVOS E METAS

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver ações multidisciplinares que promovam atenção integral às pessoas portadoras de deficiência propiciando melhoria na sua qualidade de vida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Articular e ampliar as ações e serviços já existentes na Universidade Federal de Santa Catarina que facilitem a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência;

Desenvolver ações sócio-educativas com as pessoas portadores de deficiência e suas famílias;

Acompanhar o processo de ingresso, acesso e permanência do aluno com necessidades educativas especiais na Universidade Federal de Santa Catarina;

Contribuir na produção e democratização de conhecimento que intervenham no processo de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência;

Implantar um programa piloto para a criação de um centro de referência de apoio a pessoa com deficiência, a partir de uma equipe multidisciplinar, integrando as diversas unidades de ensino e as diferentes áreas do conhecimento.

METAS

Estruturar e organizar o espaço físico com recursos adquiridos para a efetivação do Programa;

Agregar mais profissionais à equipe multidisciplinar já existente, de forma a atingir 80% das unidades de ensino da UFSC;

Controlar o atendimento de 100% das pessoas assistidas pelo programa;

Capacitar profissionais e alunos envolvidos no processo de atendimento especializado aos portadores de deficiência;

Orientar de forma coletiva ou individualmente, 100% das famílias dos portadores de deficiência atendidas pelo Programa;

Buscar o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais para desenvolver ações integradas e troca de informações;

Socializar 100% da produção desenvolvida no programa para comunidade interna e externa;

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Estruturação do programa e organização do espaço físico previsto para atendimento do público alvo;

Reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação das ações a serem desencadeadas pela equipe multidisciplinar;

Atualização sistemática de cadastro das pessoas portadoras de deficiência envolvidas com ensino, pesquisa e extensão na UFSC.

Criação de um espaço virtual:

Implantação de um portal para divulgação de informações e atividades do programa;

Implantação de banco de dados para cadastramento das pessoas portadoras de deficiência atendidas.

Criação de boletins informativos e sua divulgação na Internet, visando a mobilização na comunidade acadêmica daqueles que queiram integra-se a equipe multidisciplinar;

Busca de parcerias para o planejamento, execução e avaliação de ações conjuntas;

Elaboração de relatórios, trabalhos técnicos e científicos e sua respectiva publicação;

Execução do programa:

Preenchimento de formulário e/ou realização de entrevista específica para mapeamento da população atendida;

Atendimento individual familiar e realização de visitas domiciliares.

RESULTADOS ESPERADOS

Estima-se que esse trabalho e seus resultados subseqüentes promovam os seguintes impactos:

Impactos sócio-econômicos:

Melhoria no atendimento do portador de deficiência nos diversos setores da UFSC, através da capacitação dos recursos humanos;

Resgate do direito do exercício da cidadania ;

Redução das dificuldades de acessibilidade nos diferentes setores da sociedade;

Diminuição do risco de exclusão social;

Acessibilidade ao mundo do trabalho;

Redução dos custos operacionais em função da centralização do trabalho;

Redução dos gastos familiares com o processo educativo, curativo e reabilitação especializada.

Impactos educacionais, científicos e tecnológicos:

Capacitação de recursos humanos nas diferentes áreas de atuação;

Publicação de trabalhos científicos produzidos por alunos e docentes;

Apresentação de produção científica em eventos nacionais e internacionais;

Formação de profissionais especializados;

Realização de estudos prospectivos e retrospectivos em diferentes áreas;

Desenvolvimento de produtos de software educacionais e de tecnologias específicas.

METODOLOGIA

A metodologia a ser desenvolvida durante a execução do Programa baseia-se na estrutura metodológica da pesquisa-ação de Thiollent (1998), nos seus três principais momentos: a definição do problema, a aprendizagem conjunta e o plano de ação. Na pesquisa-ação os envolvidos não só participam do fenômeno observado, mas contribuem na elaboração do

planejamento e existência independente da investigação. Desta forma, no momento em que o participante se envolve com as ações, através de planejamento, visando a resolução de problemas ou a transformação de uma prática pedagógica e social, com vistas a uma nova alternativa de abordagem do conhecimento e mudança de postura frente às questões educacionais, estamos diante de uma metodologia de pesquisa-ação.

Estamos diante de uma metodologia que possibilita além do reconhecimento da situação concreta, a possibilidade de desencadear parcerias múltiplas, com as pessoas envolvidas, num processo de participação conscientes e compartilhadas. Apresenta como característica o diálogo entre teoria e prática, oportunizando desta forma, o cumprimento de exigências epistemológicas e científicas desta estratégia metodológica.

A busca do fazer pedagógico de forma articulada, envolvendo os três segmentos (professores, alunos e famílias), construído a partir da realidade social e cognitiva de aprendizagem das pessoas, da sua própria participação no processo, revela o suporte filosófico e pedagógico que orientará cada abordagem.

O trabalho será estruturado da seguinte forma:

1ª ETAPA:

Estruturação do programa e organização do espaço físico:

Instalação da equipe multidisciplinar e bolsistas no espaço físico estruturado;

Capacitação inicial dos profissionais e alunos envolvidos no processo de atendimento especializado aos portadores de deficiência;

Execução do programa:

Atendimento individualizado a pessoa e sua família;

Agendamento diário, com preenchimento de formulários e/ou entrevistas específicas;

Mapeamento do público alvo;

Realização de reuniões semanais de planejamento que viabilizem a execução das ações bio-psico-social e educacional;

Desenvolvimento de espaço virtual:

Implantação de um portal específico;

Divulgação das informações e atividades do programa;

Implantação do banco de dados para cadastramento de pessoas portadoras de deficiência da UFSC e seu entorno;

2ª ETAPA:

Execução do programa:

Continuidade do trabalho de atendimento individualizado e especializado nas diversas áreas e setores da UFSC;

Capacitação continuada dos profissionais e alunos envolvidos no processo de atendimento especializado aos portadores de deficiência, realizada mensalmente com a participação de profissionais das diferentes áreas da UFSC e convidados, sobre temas pertinentes e estudos de caso gerados a partir do atendimento individualizado.

3ª ETAPA:

Planejamento e realização de um evento, no mês de julho/2005, com a finalidade de divulgação do trabalho e intercâmbio científico entre as instituições governamentais e não governamentais envolvidas e outras agências formadoras de ensino superior;

Produção de materiais técnico-científicos e instrumentos de avaliação;

Elaboração do relatório final.

PÚBLICO ATINGIDO:

Pessoas portadoras de deficiência da UFSC e da comunidade do seu entorno; familiares das pessoas atendidas; alunos e profissionais da educação, saúde e tecnologia interessados nas políticas de inclusão social de instituições governamentais e não governamentais.

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Universidade Federal de Santa Catarina

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

Novembro de 2004 a agosto de 2005

EQUIPE DO PROGRAMA OU PROJETO E RESPECTIVA FUNÇÃO NO PROJETO:

COORDENADOR: Luciano Lázzaris Fernandes; Professor ASS/IV – Departamento de Educação Física – Centro de Desportes.

EQUIPE EXECUTORA:

ÁREA DA EDUCAÇÃO

Aceli Catarina Simas Ulbricht; Professora NÍVEL E/02, Colégio de Aplicação – Centro de Ciências da Educação.

Simone Serafim, Psicopedagoga, Professora Substituta Colégio de Aplicação – Centro de Ciências da Educação.

Rosane Wolff Evangelista, Servidora Técnico-administrativa, Analista de Sistemas, S/III, Colégio de Aplicação – Centro de Ciências da Educação.

ÁREA DA SAÚDE

Grácia Maria Salles Maciel Koerich; Professora ADJ/IV, Departamento de Patologia – Centro de Ciências da Saúde.

ÁREA SÓCIO-ECONÔMICA

Krystyna Matys Costa; Professora ADJ/IV, Departamento de Serviço Social – Centro Sócio- Econômico.

Cleidiamar Furlanetto, aluna da Pós-graduação do Serviço Social – Centro Sócio- Econômico.

Fracielle Alves, aluna da Pós-graduação do Serviço Social – Centro Sócio- Econômico.

ÁREA TECNOLÓGICA

João Bosco da Mota Alves, Professor Titular, Departamento de Informática Estatística, Centro Tecnológico.

Andréa da Silva Miranda, aluna de Pós-graduação da Engenharia de Produção de Sistemas, - Centro Tecnológico.

CO-FINANCIAMENTO:

- Pro-Reitoria de Extensão
- Departamento / Unidade
- Agências de fomento. Quais:
- Outros. Quais:

PARCERIAS: *(Principais segmentos da sociedade com os quais as atividades do programa são desenvolvidas: Instituições públicas ou privadas, empresas, comunidades, segmentos específicos da população etc.).*

Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC;

Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF;

Instituto de Educação EspecialAPAE/Florianópolis;

Fundação Catarinense de Educação Especial;

Instituto Musicando & Cia;

Clínica Neurogene;

Secretaria de Educação Municipal – Creches Municipais